



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

Massas

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 26 - Nº 500 - 14 A 28 DE JUNHO DE 2015 - R\$ 3,00



Massas nº 500

**Construindo o Programa e o
Partido Revolucionários.
Reconstruindo a IV Internacional**

**Abaixo a reacionária
reforma política
da burguesia!**

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Combater a ofensiva reacionária com uma frente única de ação

As crises econômica e política impulsionaram uma ofensiva antioperária e antinacional em vários sentidos. Na Câmara dos Deputados, foram aprovadas as Medidas Provisórias 664/665 como parte do ajuste fiscal do governo Dilma (PT) e o Projeto de Lei 4.330, patrocinado pela FIESP/CNI e assumido pelos partidos de oposição. Nota-se que governo e oposição estão em choque, mas convergem como resultante final em uma só força de ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários.

Terminada a fase de aprovação das MPs e do PL, passou-se para as medidas de cunho político. Praticamente, se votou em primeiro turno a “reforma política”. Não há nela um só pingão de progressividade. Regredir o que já é ruim. Torna as relações institucionais da democracia burguesa e a lei eleitoral mais discricionárias, autoritárias e venais.

Entrou em pauta, agora, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que modifica a maioria penal. A todo o custo, a bancada evangélica e a bancada da bala querem que jovens a partir dos 16 anos cumpram prisão comum por crime. O governo federal (PT) e o estadual de São Paulo (PSDB) negociam uma proposta, de um lado. As bancadas parlamentares do PSDB e do PMDB negociam uma segunda alternativa, de outro. Ambas têm em comum com a PEC original, que é de alguma forma e por alguma razão alterar a maioria de 18 anos. Como o capitalismo não tem solução econômico-social para os problemas hediondos que cria, então recorre ao recrudescimento das leis repressivas.

Outras medidas reacionárias estão na gaveta do presidente da Câmara, o evangélico Eduardo Cunha, como a do estatuto da família. A bancada reacionária, neste caso, encabeçada pelos evangélicos, está em cruzada contra direitos civis dos homossexuais e pela afirmação do obscurantismo.

A ofensiva reacionária não ocorre apenas no plano legislativo. O governo Dilma pôs em marcha um novo plano de privatização. Esse é o sentido real das concessões previstas para portos, aeroportos, rodovias e ferrovias. Nessa mesma linha, a oposição pressiona para que se mude a lei de concessões à exploração do Pré-sal e que se amplie a entrega de parte da Petrobrás ao capital privado. Tudo indica que o governo cederá às pressões de maior abertura da economia e maior submissão aos interesses dos Estados Unidos. Trava-se uma batalha semi-encoberta em torno do crescimento da presença do capital chinês na América Latina.

Passado o pior da turbulência política dos primeiros meses do novo mandato de Dilma Rousseff, a presidente tem pela frente a obrigação de manter firme o leme da política econômica liberal ditada pelo capital financeiro e concebida pelo ministro Joaquim Levy. O que quer dizer avançar os ata-

ques reacionários.

No plano da “microeconomia”, os empresários realizam uma ofensiva contra os empregos e salários. As demissões já assumiram o caráter de massa. Ou seja, se generalizaram e tomaram a forma coletiva. São sintomas de que avança a destruição de forças produtivas. Neste exato momento, os operários da Mercedes foram golpeados com 500 demissões. O sindicato montou um acampamento com 300 demitidos.

As montadoras passaram a usar fartamente do mecanismo de “flexibilização do trabalho”: layoff, férias coletivas e PDV. Criam um ambiente para finalmente dizer que tudo fizeram para garantir os empregos, mas que a sobreprodução chegou a um ponto em que não há outra solução a não ser demitir. Não encontrando, de fato, resistência dos sindicatos, a ofensiva anti-operária prossegue.

Combinado a isso, o custo de vida sobe e os salários perdem capacidade de compra. Está se encerrando uma onda de greves de professores, que chegou perto de ser nacional. Os governos foram duros, ao ponto do governador do Paraná enviar a tropa de choque para cima dos manifestantes. Em São Paulo, a greve ultrapassou três meses. Esse extraordinário movimento se chocou com a diretriz geral do ajuste fiscal. Todos estão pelo cumprimento do plano Levy. Uma vitória dos grevistas seria um golpe sobre o ajuste fiscal.

Explodiram greves em outros setores, principalmente no dos condutores de transporte coletivo. Para se evitar uma radicalização, burocracia, patrões e autoridades chegaram a reles acordos de reposição da inflação. Tomada de conjunto essa ofensiva, criaram-se as condições objetivas para organizar uma greve geral. Mas as principais centrais estão atadas à burguesia, sejam governistas ou oposicionistas. Há um temor de que a classe operária tome a dianteira das lutas. Tudo pode acontecer, menos uma jornada como a de junho de 2013, sendo desta vez protagonizada pelo proletariado.

A situação política e o ânimo das massas mudam, mudam as travas das forças burguesas para conter os explorados. Uma trava recém montada é a de que os explorados precisam defender o governo contra a direita golpista e que a tarefa do momento é a defesa da democracia e a realização da reforma política. Mas tudo indica que poderá ter pouca duração. Outras travas terão de ser estacadas para conter a revolta dos oprimidos. Contra todas elas, o POR tem feito a campanha por uma frente única sindical: **a) responder à crise com a política do proletariado; b) levantar uma plataforma de reivindicações próprias; c) preparar as condições para a greve geral; d) derrotar o ajuste fiscal; e) que os capitalistas paguem pela crise.**

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Corrupção e reforma política

Desde a crise do mensalão, a tal da reforma política ganhou notoriedade. O PT se defendeu da Ação Penal 470 com a confissão de que se valeu de falcatruas para obter caixa 2. O que, afinal, faziam todos os partidos, principalmente os grandes, como ele próprio, o PMDB, PSDB e DEM. Burlar a lei aos olhos da Justiça era prática comum. Por que o PT não o faria? Se são parte da lógica do poder, não recorrer a tais expedientes seria um moralismo estúpido. Não por acaso, o esquema montado pelo empresário Marcos Valério e banqueiros serviu originalmente ao PSDB de Minas Gerais. O PT apenas o herdou e deu-lhe uma proporção, até onde se sabe, de política nacional.

Quando parecia que a sombra do mensalão se afastava do PT, sobreveio o escândalo da Petrobrás. Desta vez, os petistas apresentaram contas legalizadas – não havia caixa 2. O milhões recebidos das empreiteiras eram limpos. O principal partido de oposição – PSDB – também recebeu uma fábula das mesmas mãos. Mas os agentes da operação “Lava Jato” insistem na tese de que houve lavagem de dinheiro. Não há provas concretas, mas hipóteses plausíveis, uma vez que a dinheirama envolve as empreiteiras.

É claro que igualmente estão implicados o PMDB e o PSDB. Volta à cena o caixa 2. Lembremos que o Tribunal Superior inventou no caso do mensalão a figura “domínio dos fatos”, para condenar sem provas a compra de parlamentares. Fórmula que permitiu aos juízes mandar à prisão altos dirigentes do PT. O PSDB mineiro está isento de todos os fatos que criaram o esquema de desvio de recursos para o caixa 2. O “pega ratos” é um jogo que só se aplica ao PT. Os gatos de toga só têm um faro: caçar petistas que se valem de uma ordem legal ou ilegal estabelecida de financiamento de campanha.

A legalidade ou ilegalidade, em essência, não define a natureza da corrupção política (faz parte dela a corrupção comum, contando com os serviços de doleiros, bancos e funcionários) – tão somente acrescenta uma violação legal à corrupção legalizada. Que essência é essa? Encontra-se na compra de favores futuros. É o que explica a razão imediata dos milhões reservados pelas grandes empresas e negócios como caixa destinada aos partidos e políticos especiais.

A explicação seria incompleta se parássemos aí. É próprio da democracia o financiamento dos partidos da burguesia pelos capitalistas. Essa é uma das condições primordiais da existência da democracia, que em última instância é um reflexo das relações de produção capitalista e de seu desenvolvimento social. Os partidos da ordem institucional têm a função histórica de preservar a ditadura de classe da burguesia exercida sobre o proletariado e as demais classes oprimidas. Dirigem o Estado e legislam de acordo com essa função, que jamais pode ser contrariada ou desviada. Evidentemente, desenvolvem uma determinada política sobre a base de contradições econômicas e classes. A luta do proletariado interfere substancialmente na governabilidade e na ação dos partidos burgueses.

Se os agentes da democracia, que não são apenas os partidos, se mostram incapazes de equilibrar as contradições e de conter o avanço do proletariado, a burguesia tem a possibilidade de recorrer ao golpe militar e se preciso à sua forma fascista. De maneira que para a dominação de classe e para dirimir seus

conflitos internos, é melhor a democracia. As Forças Armadas estarão sempre de prontidão.

Não há democracia que se sustente sem o poder das armas. A democracia e os partidos da burguesia são instrumentos fundamentais para a dominação, mas o seu guardião são as Forças Armadas. É por meio da repressão diária – na linha de frente estão as polícias – que se sufoca a rebelião latente entre as massas. O Estado despende um monumental gasto para manter essa estrutura, que se eleva por cima da sociedade. Recursos que provêm da distribuição da riqueza (mais-valia) produzida pelos explorados. O financiamento privado dos partidos e dos políticos especiais deve ser contabilizado nesse processo geral.

Não há nenhuma contradição no fato de o financiamento privado apresentar dupla face: servir aos interesses gerais da burguesia e aos interesses particulares dos grupos econômicos mais poderosos. Mas e o financiamento público de campanha? Distingue-se em essência das “doações privadas”.

Esse ponto fica obscuro nos argumentos daqueles que afirmam que a corrupção e a delinquência política se devem ao financiamento privado. Em princípio, estaria eliminada a relação direta com os poderosos empresários e universalizada a forma de sustentação dos partidos. O que seria democrático. Não há como contestar tal hipótese. Mas esses aspectos gerais se particularizam na situação concreta. A democracia é conduzida pelos partidos dominantes e sempre terá seu financiamento controlado pela burguesia (classe dominante). Jamais haverá igualdade de acesso aos recursos públicos. O fundo comum, na realidade, não é tão comum. A sua distribuição inevitavelmente será determinada pela ordem burguesa imperante.

Em lugar nenhum do mundo se extinguiu o poder dos lobbies empresariais. Mesmo que se aprovasse uma rígida lei de financiamento público de campanha, o poder econômico continuaria a corromper os políticos e a fazer valer seus interesses particulares. As massas continuariam a ser arrastadas a formar um novo governo burguês pelo método eleitoral. O voto popular continuaria a expressar a democracia formal (um homem um voto, irrevogabilidade do mandato, nenhum vínculo de controle dos eleitores sobre os eleitos, um parlamento elevado por cima da maioria, um poder que responde apenas à classe exploradora, etc.). É preciso, portanto, desmascarar as grandes virtudes do financiamento público de campanha.

O material, no entanto, está no fato de que os partidos da burguesia conservarão o sistema misto. Nas condições presentes da luta de classes, a discussão sobre o financiamento público de campanha é diversionista. É uma moeda dos petistas e esquerdistas incapazes de se libertarem do reformismo. A bandeira de Constituinte Exclusiva, Soberana, Popular, etc. serve-lhe de cortina de fumaça.

Por onde passa a luta dos explorados

A atenção da classe operária e o descontentamento da maioria oprimida não se dirigem a nenhum tipo de reforma política. Suas preocupações estão voltadas para as demissões, o aumento do desemprego, a alta do custo de vida, as MPs 664/665, a Lei 4.330 da terceirização e à piora geral das suas condições de exis-

tência. No entanto, suas direções sindicais e o PT bloqueiam o levante geral por reivindicações próprias. E boa parte da esquerda as segue por trás das disputas interburguesas.

Inúmeras greves, em vários setores, tomaram proporções nacionais. Os protestos realizados sem empenho da CUT mostraram que há disposição de luta geral. As condições objetivas para a greve geral estão dadas, mas as direções continuam a bloquear e a desviar o descontentamento dos explorados para os objetivos da reforma política e da defesa do governo burguês de Dilma.

O problema fundamental reside no fato de que há uma ofensiva de grandes proporções contra os salários, os empregos, os direitos trabalhistas, os serviços públicos (educação, saúde, etc.) e os camponeses pobres e que não têm tido resposta. Os petistas e seus seguidores de esquerda criaram um estardalhaço de que era preciso proteger o governo Dilma contra o golpe de direita e garantir a vigência da democracia de forma que desviassem taticamente o caminho da luta e os objetivos próprios dos explorados.

A estabilização do governo entregue ao capital financeiro não derrotará a direita identificada com o “impeachment”, mas melhorará as condições políticas para atacar mais fundo a vida das massas e levar adiante a diretriz pró-imperialista. Lutamos com todas nossas forças contra essa tática oportunista e governista do PT e seus consortes, levantando as bandeiras da

classe operária e dos camponeses, o método da ação direta e estratégia revolucionária.

Ponto de partida das reivindicações democráticas do proletariado

É necessário denunciar a reforma política e rechaçá-la. Mostrar aos trabalhadores e à juventude que essa manobra está servindo tão somente aos interesses da burguesia. E que as bandeiras democráticas do proletariado – **direito irrestrito de greve, fim de toda legislação antigreve, fim do aparato militar-policia da ditadura de classe da burguesia, armamento popular controlado pelas organizações dos explorados, fim de todos os processos políticos contra os ativistas, apuração por um tribunal popular de todos assassinatos de sem-terra e de todos os crimes da burguesia, fim de toda legislação eleitoral discricionária, que ilegaliza os partidos de esquerda, etc.** - devem ser empunhadas pelo movimento da classe operária, dos camponeses, da pequena-burguesia urbana arruinada e da juventude oprimida, independente da burguesia e contra ela e seu Estado.

Com a plataforma que liga as reivindicações de defesa da vida das massas e as de natureza democrática, torna-se possível propagandar a estratégia da luta pelo poder, pela constituição de um governo operário e camponês que materialize a revolução social e a ditadura do proletariado.

Combater o parasitismo burguês com a estratégia e a tática revolucionárias

Partindo da análise e conclusão de que não pode haver uma reforma política que avance a democracia burguesa, é possível demonstrar aos explorados que os partidos da burguesia estão presos aos capitalistas e à sua sustentação material. Que necessitam tanto do dinheiro público quanto do privado, do financiamento legal e ilegal.

O PT, PSDB e PMDB – os três maiores receptores – angariaram respectivamente R\$ 56.386.000,00, R\$ 53.730.000,00 e R\$ 46. 620.000,00. Somente poderosos grupos econômicos poderiam “doar” mais de R\$ 150.000.000,00 para apenas três partidos. Acrescentam-se os demais partidos – o último da lista foi o PCdoB –, que arrecadou R\$ 600.000,00, e a soma vai longe.

O estalinismo viu na dinheirama um meio de projeção política. Colou ao PT como um sanguessuga se prende na pele da vítima. Pretensos reformistas e estalinistas mergulharam fundo no lamaçal. Está aí por que gostaram da elevação do fundo partidário. Caso as empreiteiras fiquem mais cautelosas em suas falcaturas e se os capitalistas em geral reduzirem as “doações” privadas, os partidos da ordem têm a alternativa da copiosa fonte do fundo público.

A exposição do parasitismo dos partidos da burguesia e da adaptação dos partidos de esquerda parlamentar serve à luta pela independência de classe do proletariado, condição essa necessária para a emancipação da maioria oprimida e para trilhar a via revolucionária. Não é a defesa contrária ao financiamento privado e a favor do fundo público que responderão ao parasitismo e às discriminações impostas pelos grandes partidos. Somente a destruição do poder da burguesia permitirá

uma real soberania popular, a democracia operária nascerá das cinzas da democracia burguesa.

Na luta política, certamente, deve-se mostrar aos explorados a inviabilidade de transformar, no seio do capitalismo, a democracia controlada pela oligarquia burguesa e condicionada pelo imperialismo. As reivindicações e bandeiras da democracia política levantadas pelo proletariado não se confundem com nenhum tipo de reforma chefiada pelos partidos da ordem.

A posição marxista sobre as eleições, a lei eleitoral e a democracia parlamentar

Não se trata de desconhecer as manobras dos partidos burgueses e do governo em torno da reforma política, nem de se abster de levantar as reivindicações democráticas do proletariado.

As disputas interburguesas no aparato do Estado são levadas aos explorados. As forças burguesas em conflito procuram arrastar as massas para soluções parlamentares, nas condições em que estas estão acossadas pela crise econômica e pelo ataque dos capitalistas.

Lembremos a grande mobilização de junho de 2013. O Estado e as organizações da burguesia atuaram para canalizar a revolta para a tese de que era necessário acabar com a corrupção, sendo que uma das medidas era a reforma política.

Os explorados sem suas reivindicações e dispersos continuam sob a influência das forças burguesas, que se valem da democracia. Com uma mão governa com o tacão do direito

democrático de se manifestar pacificamente; com a outra o Estado policial reprime a revolta e combate a capacidade coletiva dos explorados de usar os meios da luta de classes. Contido o movimento, volta-se ao leito da passividade, e os partidos da burguesia e seus braços burocrático-sindicais restabelecem a ordem política.

A disputa eleitoral, em outubro de 2014, promoveu uma polarização entre as duas grandes alianças burguesas, a liderada pelo PT/PMDB e a do PSDB/DEM. A maioria dos oprimidos permaneceu confiante nas forças governistas, mas as forças oposicionistas conseguiram arrastar a quase totalidade da classe média e parte da classe operária. O enorme descontentamento popular serviu às disputas pela constituição de um “novo” governo. A classe operária e a maioria oprimida sem seu partido revolucionário, capaz de se contrapor às vias de dominação burguesa, permanecem atadas à democracia.

Não é relevante, neste caso, se o regime democrático vigente (eleições, formação de governos constitucionais, etc.) é mais ou menos atrofiado, se expressa o reacionarismo dos partidos burgueses ou não, se há maior ou menor predomínio oligárquico do executivo sobre os demais poderes, etc. O fundamental é que a burguesia depende, nas condições concretas, dessa forma de regime político. Caso contrário, governaria por meio de uma ditadura, como se passou de 1964 a 1985.

É necessário para a luta do proletariado por sua emancipação reconhecer a vigência política da democracia (mais ou menos caricata, nos países semicoloniais), por meio da qual a burguesia governa e mantém sua ditadura de classe sobre a maioria explorada. Ao mesmo tempo, reconhecer que a democracia é um regime político esgotado historicamente. Esse reconhecimento constitui-se como uma premissa do programa proletário, uma vez que serve de base à estratégia revolucionária e estabelece a tática.

Na época imperialista do capitalismo, o parlamento já não serve à luta das massas por reformas. A burguesia somente o conserva porque ainda lhe é valioso para exercer seu poder ditatorial sobre o proletariado e para dirimir suas próprias diferenças. Qualquer que seja a concessão que se faça ao movimento de reforma política dos partidos da burguesia conclui em negação da estratégia da revolução proletária.

Ao lado da premissa de esgotamento histórico do parlamento (da democracia burguesa em geral), se eleva a premissa de vigência histórica da democracia proletária. As revoluções encarnadas pela classe operária estabeleceram as bases da democracia das massas que corresponde à época de transição do capitalismo para o comunismo.

Em especial, a Revolução Russa deu lugar à criação dos conselhos operários e camponeses (soviets), que serviu à organização do Estado Operário. O bolchevismo pôde, no entanto, assimilar em toda a sua extensão a democracia dos explorados graças às experiências da Comuna de Paris, que resultou da primeira revolução proletária em 1871.

Que aplicabilidade é possível nas condições atuais, em particular no Brasil? A resposta começa por desenvolver na luta de classes o programa da democracia operária. Os explorados

darão respostas concretas nos combates em que precisam de organismos próprios, coletivos e revolucionários. Está aí por que é fundamental o trabalho de organização do partido no seio dos explorados, que expresse o programa da democracia operária. Estamos nesse ponto.

Uma das tarefas é a de demonstrar que o parlamento burguês não passa de uma cova de inimigos do povo, que se acha em estado avançado de putrefação e de onde não se pode esperar senão medidas reacionárias. Não é e não pode se transformar em “casa do povo”, como querem os reformistas.

As eleições não conferem nenhuma representação popular real. São inteiramente deformadas pelo poder econômico e pelo aparato do Estado. O que torna impossível a constituição de um parlamento que sirva à luta dos explorados. Não é surpreendente que a composição do atual Congresso Nacional indica o avanço das forças burguesas mais conservadoras e reacionárias (bancada evangélica, bancada da bala, bancada do agronegócio).

O reformismo petista fracassou, se decompôs e abriu caminho para a recomposição da velha política oligárquica, mais venal e mais podre.

O parlamento burguês é irreformável, será destruído pela revolução proletária e será substituído por uma assembleia do trabalho. As funções do legislativo e executivo se fundirão. Nesta assembleia do trabalho e no ordenamento institucional do novo Estado, não haverá lugar para o parasitismo, para o carreirismo e para privilégios salariais. A elegibilidade servirá para constituir a real soberania popular, que como tal torna todos os cargos elegíveis e removíveis. Nos termos de Lênin, a soberania popular são “as forças combinadas da maioria do povo, dos operários e dos camponeses”. Não é o caso de ir mais além dessas considerações programáticas. Bastam para nosso objetivo do momento.

É bem possível que reformistas e centristas questionem, dizendo que estão de acordo, mas que responder à reforma política em curso com a democracia operária significa a revolução, que não existem condições para isso e que o POR assim ficará à margem da luta política concreta. Responderemos que somente com a defesa da democracia operária e, portanto, com a defesa das transformações revolucionárias da sociedade capitalista, enfrentaremos a reacionária reforma política e demonstraremos aos explorados que não é possível uma reforma progressista na carcomida democracia burguesa.

Armado dessa linha, o POR combate sob a bandeira: “Abaixo a reforma política reacionária!”, “Não à cláusula de barreira!”, “Pelo fim de toda legislação eleitoral discricionária!” “Reconhecimento imediato de qualquer partido que queira se habilitar para as eleições!” “Fim dos privilégios de que servem os partidos da burguesia!” “Fim dos altos salários de governantes, parlamentares, juízes e funcionários de alto escalão!” “Que a população decida qual deve ser o valor dos salários!” Com o programa da democracia operária, com a estratégia da revolução social e com os métodos da ação direta, o POR defende que os explorados e a juventude se unam contra a reforma política da burguesia e por uma plataforma de reivindicações próprias.

Reforma política

Reforço à ditadura de classe da burguesia

Do PT ao PSDB, atribuiu-se à crise política e à desmoralização do Congresso Nacional à legislação eleitoral. Uma reforma daria nova feição aos partidos e uma representatividade popular mais condizente com a democracia.

As centrais sindicais de distintas cores e relevos burocráticos desfraldaram a bandeira de reforma política e combate à corrupção. Serviram, portanto, de caixa de ressonância aos conflitos interburgueses, que se agravaram no interior do Estado.

Entre as esquerdas, a maioria das correntes recorreu à defesa de uma Assembleia Constituinte. Colocou-se de acordo com a ideia de que era preciso uma reforma política. A diferença era saber que poder a faria. Nisso residia o fundamental da crítica das esquerdas. Do Congresso Nacional “conservador”, nada de bom viria. Mas se fosse uma Constituinte Soberana, o Brasil poderia ver sua democracia modificada e aperfeiçoada.

Do “O Trabalho” ao PCO, se estampou na capa de seus jornais a bandeira da Constituinte. Evidentemente, cada um com suas justificativas. Em resumo: “O Trabalho” vinculou a Constituinte à “defesa do mandato popular” (de Dilma), a um “não ao Plano Levy” (de Dilma), “contra a corrupção” e pela “reforma política” (com apoio de Dilma).

Em 2014, a CUT e petistas entregaram 8 milhões de assinaturas de um abaixo-assinado pedindo a convocação de um plebiscito para decidir sobre a Constituinte. Dilma simplesmente o ignorou. O slogan “com esse congresso não dá” nenhuma serventia teve. É com esse Congresso que Dilma tem de governar. PCO vinculou a

Constituinte à luta contra a direita golpista.

O palavreado democrático ou esquerdista mal escondeu que seguiam as manobras dos partidos burgueses da situação (PT/PMDB/PCdoB) e da oposição (PSDB/DEM/PPS). Finalmente, a reforma se iniciou no Congresso reacionário, sob a presidência do reacionário Eduardo Cunha.

Duas decisões: 1) Constitucionalização do financiamento privado de campanha; 2) Cláusula de barreira que exclui os partidos que não tenham pelo menos 1 deputado ou senador. Uma segunda votação deverá confirmar a decisão. Não foi aprovado o “distritão” e o fim do sistema proporcional, pretendidos pelo PMDB.

O fundamental para os partidos da burguesia – o PT se tornou um deles – está em conservar e se possível ampliar as fontes de financiamento e acabar com o acesso dos partidos de esquerda à pequena fatia dos recursos públicos e ao horário eleitoral gratuito nos meios de comunicação. Um primeiro passo já foi dado nesse sentido.

Que reforma política pode ser feita se não for para reforçar a ditadura de classe da burguesia? Nenhuma! A não ser que um movimento revolucionário do proletariado, na direção da maioria oprimida, a impusesse. Para não perder o dedo, a burguesia e seu governo poderiam provisoriamente admitir reivindicações democráticas vindas dos explorados. Não é o caso. Não se colocou concretamente essa hipótese, de forma que a bandeira da Constituinte Soberana comparecesse de fato como um instrumento do proletariado em sua luta pelo poder do Estado.

Abaixo a cláusula de barreira!

Em primeira votação, os deputados aprovaram que somente terão direito ao financiamento público de campanha os partidos que tiverem pelo menos 1 representante na Câmara ou no Senado. Quatro partidos são atingidos: PSTU, PCO, PCB e PPL. Mesmo assim as críticas da reação foram contundentes. Exigiram maior amplitude da “cláusula de barreira”, traduzida para parecer democrática por “cláusula de desempenho”.

Na segunda votação, o PMDB, PSDB, DEM e PSB querem aumentar o obstáculo. A proposta em discussão é estabelecer o quórum eleitoral de 5% da votação obtida no pleito como condição para ter acesso ao financiamento público de campanha e ao tempo gratuito no horário eleitoral.

Não há outra resposta democrática senão **“abaixo a cláusula de barreira”!** Nenhuma revogação do direito ultrarrestrito que permitiram ao PSTU, PCO e PCB – correntes de esquerda – terem presença nas eleições!

É preciso ser consequente

Abaixo o fundo partidário que sangra os cofres públicos!

As esquerdas, até onde chega nosso conhecimento, não condenaram a elevação do valor do fundo partidário para R\$ 868 milhões. A emenda orçamentária praticamente triplicou o valor. Essa sobrecarga imposta ao Tesouro Nacional recairá sobre os explorados. É mais recurso público para financiar a política burguesa.

Era dever das correntes de esquerda que recebem do fundo partidário estamparem bem na capa de seus jornais: **“Abaixo a elevação do fundo partidário”!** Não o fizeram. Certamente, sentiram-se favorecidas.

Segundo informações, PCO recebeu R\$ 96.003,17 e PSTU R\$ 150.008,63 no ano de 2014. Correspondem à ridícula porcentagem

de 0,16% e 0,26% do fundo partidário de R\$ 289,5 milhões. Comparado com os demais partidos, essa parcela representa pouco. Mas tem sido importante para impulsionar o aparelhismo e a política pequeno burguesa (com suas variantes centristas). Se passassem a fazer parte de um bolo maior (R\$ 867,5 milhões) lhes seria dado um presente. Mas a burguesia não costuma dar esse tipo de regalo.

Ao mesmo tempo em que o Congresso inflou o fundo partidário, também fez restrições ao acesso de novos partidos. Era apenas um teste, denominado de minirreforma. Agora, está para ser aprovada uma barreira muito mais alta e espessa. A perda dessa fonte, sem dúvida, dificultará materialmente o centrismo. Está aí por que nunca fizeram uma discussão séria sobre as condições existentes da democracia burguesa e a tática revolucionária do proletariado.

PSOL cumpre seu papel parlamentar

Houve quem tivesse se surpreendido com o voto de Jean Wyllys, Ivan Valente, Chico de Alencar e Edmilson Rodrigues do PSOL na cláusula de barreira. A expressão “O que é isso companheiro”, do jornal Opinião Socialista é uma de suas expressões. Assim, põe-se a discutir o deslavado argumento dos parlamentares socialdemocratas. E pede para as bases do PSOL cobrarem a mudança de voto. Para quê? Para limparem suas caras sujas? É melhor que não escondam a mancha de seu partido metido até o pescoço no parlamento burguês. Votar na cláusula de barreira serviu à reacionária reforma política como um todo. Nela estão participando, sem que o PSOL a tenha rechaçado como um todo. Não temos dúvida de que os socialdemocratas fantasiados de socialistas terão atitudes muito piores. A base do PSOL só tem uma saída – romper com os reformistas impotentes e se colocar pela construção do partido revolucionário.

Massas 500

Completamos 500 edições do jornal Massas. Significam anos de trabalho pela construção do partido marxista-leninista-trotskista. Sempre em defesa dos explorados, dos pobres e oprimidos. Sempre em defesa das nações oprimidas contra as opressoras. Sempre lutando no seio dos explorados com as reivindicações próprias, com a estratégia da revolução social e com os métodos da classe operária. Sempre lutando tenazmente pela independência política e organizativa dos sindicatos e dos movimentos. Sempre lutando para romper as barreiras que impedem a doutrina do socialismo científico de chegar à classe operária, aos camponeses pobres e à juventude. Em resumo: sempre defendendo e lutando sob o programa do internacionalismo proletário!

Sem dúvida, temos muito a fazer. De uma publicação mensal, passamos para quinzenal. Foi um importante passo. Garantimos a regularidade e o autofinanciamento. Temos de tornar o Massas semanal. Esse objetivo depende do desenvolvimento organizativo.

O POR cresceu e cresce, lentamente, mas alicerçado nos fundamentos do marxismo-leninismo-trotskismo. Com abnegado esforço militante, vencemos as primeiras barreiras para dar vida a um partido de quadro leninista. Sentimos no dia a dia o peso da imensa tarefa que é construir células vinculadas à classe operária, ao campesinato, a setores da pequena burguesia urbana e à juventude oprimida. Sobreretudo vinculadas com o programa da revolução proletária.

Muitas são as correntes que se reivindicam de esquerda, do socialismo e mesmo do marxismo, mas não assumem a feição de partido de quadros, com um programa definido (o que não quer dizer acabado) e voltado à assimilação do marxismo. O POR está obrigado a passar pelas experiências com as variantes do centrismo, que como tal ainda está ligado, ainda que tênue e deformadamente, ao marxismo.

Parte da vanguarda combativa confia que está no caminho certo. Vê no aparato do centrismo uma fortaleza. Não vem se educando no trabalho de elaboração do programa, cuja estratégia é a da ditadura do proletariado. Essa via de organização da militância que despontou no final dos anos 70 e que tomou corpo depois do fim da ditadura militar, sem dúvida, expressa a crise de direção e retarda a construção do partido de quadros.

O nascimento do POR – seu I Congresso se realizou em julho de 1989 – é parte desse processo. Mas seria um erro circunscrevê-lo ao âmbito nacional. A crise de direção é mundial e atingiu seu ponto alto com a destruição da III Internacional por Josef Stálin. O que obrigou a Oposição de Esquerda Internacional, liderada por Leon Trotsky, a constituir a IV Internacional em 1938 antes que Stálin a dissolvesse em junho de 1943.

No Brasil, sobre a base das experiências de construção partidária do período que vai de fins dos anos 70 a fins dos anos 90, um pequeno núcleo de militantes chegou à conclusão de que as tendências que se reivindicavam da IV Internacional – fundamentalmente o morenismo (hoje PSTU), mandelismo (Democracia Socialista, corrente do PT) e lambertismo (O Trabalho, corrente do PT) passaram para o campo do revisionismo. Mas antes militou no Causa Operária (hoje PCO), que surgiu de uma cisão no O Trabalho, também de ordem inter-

nacional. Não é o caso de detalhar as particularidades, apenas fazemos algumas menções do processo intrincado de divisões. Na época, Política Operária da Argentina (hoje, Partido Operário - PO) organizou o núcleo original de Causa Operária. Há alguns anos atrás, PCO e PO romperam relações sem que ninguém saiba as razões. PO esteve ao lado do POR boliviano na ruptura com o lambertismo, mas logo também se separaram. É nesse ambiente de cisões que surge o POR, originalmente denominado Tendência pela Construção do Partido Operário Revolucionário (TPOR). Vincula-se ao POR da Bolívia, dirigido por Guillermo Lora, juntamente com uma cisão de PO, que se denominou Comitê Construtor do POR, hoje apenas POR. As diferenças políticas entre as várias correntes que se reivindicam do trotskismo são notáveis. Mas uma delas é decisiva: nenhuma dessas correntes se colocou por elaborar o programa, são partidos sem programa, apoiados em formulações conjunturais e em algumas premissas gerais do marxismo, o que torna o seu socialismo declaração abstrata.

A crise de direção revolucionária é o problema fundamental de nossa época. A desintegração da IV Internacional nos anos finais de 50 e nos anos 60, e daí por diante, o estilhaçamento, provocados pelo revisionismo pablista-mandelista (refere-se ao dirigente Michel Pablo e Ernest Mandel) é parte da crise de direção. No Brasil, são visíveis as consequências: O Trabalho (lambertistas) e Democracia Socialista (mandelistas) se adaptaram completamente ao PT. O PSTU (morenista) liderou uma cisão da CUT para formar um aparato sindical próprio e vem estruturando uma burocracia sindical de esquerda. PCO vai do sectarismo ao oportunismo com a maior facilidade (no momento, está na via oportunista de apoio ao governo Dilma, em nome do combate ao golpe de direita).

Em nosso entendimento, em distintos graus, as correntes revisionistas que fizeram parte da IV Internacional, após o assassinato de Trotsky a mando de Stálin, se afastaram do marxismo-leninismo e abandonaram o Programa de Transição da IV Internacional. Dessas correntes, surgiu uma série de cisões. A Europa (França e Inglaterra) abriga suas matrizes. De maneira que se tornaram inevitáveis seus reflexos na América Latina. Em grande medida, a luta intestina ao revisionismo se tornou disputa de aparatos. Não tem a ver com a constituição do programa.

Os centros europeus ou conservam seus satélites ou usam de sua capacidade material para formar seus agrupamentos servis. Esse fenômeno se reproduz na América Latina. Não são organizações que lutam por superar a crise de direção com os métodos e as conquistas do proletariado mundial. As correntes que reuniram condições de aparatos (dinheiro, editoras, publicações, muitos militantes rendados) necessitam de satélites para se proclamarem defensoras da “reconstrução” ou “refundação” da IV Internacional.

A TPOR se vinculou imediatamente ao POR boliviano e ao Comitê Construtor do POR na Argentina. Esse foi o núcleo original da constituição do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, ao qual veio a se integrar em seguida o Comitê Construtor do POR no Chile. Uma das primeiras discussões foi a da necessidade de construir o programa, que expusesse as leis históricas da revolução proletária em nossos

países, como parte da luta pela revolução mundial. As experiências do POR boliviano deveriam ser assimiladas criticamente. Não se dita do exterior o programa e a linha política do partido revolucionário, mas podem e devem ser coletivamente discutidos no Comitê de Enlace. Assim ocorreu. Avançamos lutando com nossas próprias forças, mas vinculadas ao trabalho internacional.

O jornal Massas foi desde os primeiros respiros do POR um instrumento de primeira linha. Seguimos a concepção leninista de que é o organizador coletivo, por meio do qual a militância atua no seio dos explorados, reflete a luta de classes, expressa a linha política do proletariado e desenvolve a propaganda e a agitação. Não se trata de comentar os acontecimentos, nem de refleti-los mecanicamente, mas de agir conscientemente sobre a realidade para transformá-la. Por ser embrionário, o POR ainda não galvaniza poderosas forças revolucionárias. Essa

condição limita sua imprensa marxista. Impõe-lhe a tarefa de realizar uma ampla e consistente propaganda, que apenas circunstancialmente se sobrepõe à agitação. Essa relação tende a se modificar como o desenvolvimento do partido.

O POR chega ao número 500 do jornal Massas mais amadurecido, mais confiante na luta pela superação da crise de direção e determinado a se constituir como instrumento do proletariado para derrotar a burguesia, expropriá-la e transformar os meios de produção capitalista em meios de produção social. Chega mais convencido pela experiência de que sua existência é necessária – uma expressão histórica do proletariado nacional e internacional. Chamamos os explorados, a juventude e a vanguarda combatente que fortaleçam nosso trabalho de construção.

Viva os 500 números do jornal Massas!

Toda força à construção do POR!

Um breve relato dos Jornais Massas, I, I 00, 200, 300 e 400

A história do Jornal Massas inicia em 1989, com a construção do Partido Operário Revolucionário, originalmente chamada “Tendência pelo Partido Operário Revolucionário” (TPOR). Tratava-se de um pequeno agrupamento de militantes trotskistas, que havia rompido com a organização Causa Operária e se aproximado das posições de Guillermo Lora, dirigente do POR boliviano. Assim, em outubro de 1989, por ocasião da reunião do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, a TPOR foi convidada pela seção argentina, que já fazia parte do Comitê de Enlace. Nessa reunião, o camarada Atílio compareceu levando em mãos o nº 1 do Jornal Massas.

Nele continha dois artigos fundamentais:

- 1) A escolha do nome Massas para o jornal. Afirma: “de todo o processo de crise surgido no intento de construção da IV Internacional (degeneração pablista) depois da morte de Trotsky, a maior conquista foi a estruturação do POR da Bolívia”. O nome Massas refere-se ao reconhecimento da importância estratégica do POR boliviano para a revolução proletária e para a reconstrução da IV Internacional;
- 2) Uma declaração sobre as eleições presidenciais. Diz: “Os trabalhadores votarão no PT contra os partidos patronais de Collor, Brizola, Covas, etc”. O artigo denuncia “a demagogia dos políticos capitalistas, que falam em mudanças, em fim da miséria e da corrupção, mas quando eleitos passam a governar contra as massas, lançam planos antioperários, protegem os especuladores, entregam o país aos credores imperialistas e jogam a polícia sobre os grevistas”. E se posiciona pelo voto no PT: “defendemos a separação da classe operária da classe capitalista. Muitos votarão no PT porque ele não é um partido da burguesia. Entretanto, alertamos que o PT não se construiu tampouco como partido operário independente, voltado ao combate de massa pelo fim do capitalismo. A direção do PT o vem construindo como um partido reformista, isto é, que se propõe a fazer mudanças que não modificam a opressão burguesa sobre a maioria trabalhadora”. Em seguida, justifica o voto no PT: “Por que defendemos o voto no PT? Porque lutamos como corrente organizada no interior do PT contra o reformismo e defen-

demos a formação de um partido operário revolucionário, sem o qual o capitalismo continuará sobrevivendo e os trabalhadores morrendo de fome. A defesa que fazemos do PT contra os partidos burgueses pretende fortalecer nossa luta interna no PT por um programa operário de tomada do poder e fim do capitalismo”;

Na 2ª reunião do Comitê de Enlace, realizada em Buenos Aires, em 7 e 8 de outubro de 1989, foi analisado o nº 1 do Jornal Massas, documentos e panfletos da TPOR. O objetivo foi o de avaliar o ingresso da organização brasileira no Comitê de Enlace. Pelo fato do POR boliviano não estar presente, a reunião não pôde definir imediatamente a inclusão da T.POR. A apreciação de suas posições serviriam de base para garantir nossa presença na 3ª reunião que nos integraria. O Jornal Massas nº 1 acabou sendo o principal documento de discussão. Transcrevemos um comentário do camarada Ramón (seção argentina) que se encontra na ata: “No primeiro número do Jornal Massas se depreende que a TPOR define com clareza a estratégia e tática da revolução e ditadura proletárias, a revolução violenta, a construção do partido revolucionário no Brasil sobre a base bolchevique e a reconstrução da IV Internacional”.

O nº 100 do Jornal Massas

O Jornal foi editado em novembro de 1995. Era um momento de implantação do Plano Real de Fernando Henrique Cardoso e as reformas antinacionais e antipopulares. Trouxe na capa as bandeiras: “resistir à ofensiva neoliberal: fora com a política de conciliação com os patrões; fora com a burocracia vendida dos sindicatos”. E uma homenagem aos 78 anos da Revolução Russa.

O artigo “A crise de um plano artificial” mostra que: “O governo FHC tem conseguido manter o mecanismo artificial de controle da inflação baseado justamente em um aumento das dívidas interna e externa e no Fundo Social de Emergência”. (...) Esse mecanismo foi criado durante o governo Itamar Franco, para desviar recursos da saúde, educação e moradia e para dar condições ao governo de pagar os juros das dívidas interna e externa. O Fundo também corta verbas de estados

e municípios, ao reter parte do imposto de renda descontado dos servidores nas mãos do governo federal. (...) Por isso, a votação do FSE abriu uma crise entre o governo e o Congresso, controlado pelas oligarquias regionais. (...) Não é possível sustentar o gigantismo do parasitismo financeiro aliado à destruição de forças produtivas. As crises sucessivas dos planos se seguirão". E conclui: "No Brasil, como nos outros países oprimidos pelo imperialismo, coloca-se a necessidade da construção da frente revolucionária anti-imperialista, encabeçada pelo proletariado".

O Massas denuncia o papel de colaboração das direções sindicais à política neoliberal de FHC e dos capitalistas. No artigo, "Acordo de flexibilização da jornada de trabalho aumenta a exploração", diz: "o Sindicato Metalúrgico do ABC, dirigido pela CUT, fechou acordo com a Ford, instituindo a jornada flexível. (...), justificando que se trata de uma adaptação à modernização internacional das empresas e que evitará as demissões. (...) O que acontecerá de fato é que as empresas poderão aumentar a jornada de trabalho em períodos de aumento das vendas e reduzir a jornada em momentos de recessão mais grave. (...) A empresa ganha duas vezes: não precisará pagar horas-extras quando a produção estiver em alta e pode compensá-las quando a produção cai, enquanto que sem o acordo teria de manter o pagamento dos funcionários trabalhando, ainda que em ritmo mais lento". Conclui afirmando que "Os operários conscientes precisam se colocar pela derrubada da burocracia vendida dos sindicatos e pela construção de direções revolucionárias, que ajudem as tendências instintivas de luta a se transformarem em luta consciente contra o capitalismo".

Outro artigo importante foi a denúncia da chacina de Corumbiara. Diz:

"Em outubro, a tropa de choque do governo Raupp, em Rondônia, assassinou nove camponeses e oito continuam desaparecidos, provavelmente mortos. Somente um Tribunal Popular pode punir os responsáveis pela chacina contra os sem-terra ocupantes da Fazenda Santa Elina". Levantou as bandeiras: "Todo apoio às ocupações do Pontal. Exigimos que a CUT, sindicatos e correntes convoquem plenárias de base para preparar uma resposta em favor dos sem-terra do Pontal, Corumbiara e de todo o país. Constituir os comitês contra a opressão social e política. Realizemos uma verdadeira campanha unitária contra a repressão aos sem-terra. Organizemo-nos sob a bandeira da aliança operário e camponesa".

Estampou a campanha em defesa dos 78 anos da Revolução Russa. Diz: "O POR está realizando palestras em defesa da Revolução de Outubro de 1917. Trata-se de uma campanha que tem por base a defesa do marxismo-leninismo-trotskismo. A defesa do socialismo, contraposta à demagogia do "socialismo com democracia", requer a luta política em defesa dos princípios da Revolução Russa. Implica a luta política contra o reformismo e o revisionismo, que expressam no interior do movimento operário as pressões de classe da burguesia decadente. A defesa da estratégia da revolução e ditadura proletárias e o método do Programa de Transição permite travar a luta pelas reivindicações imediatas e transitórias das massas, unindo-as com a estratégia da tomada do poder e construção do socialismo".

O nº 200 do Jornal Massas

Em outubro de 2000, publicou-se o Massas nº 200. Trouxe o artigo: "O significado do Massas 200". Diz: "O Jornal Massas chega ao seu número 200. Não se trata de nenhum grande feito, caso não se tenha em conta a construção do Partido Operário Revolucionário. O fundamental é que o Massas se distingue de outros jornais de esquerda pelo fato de expressar a elaboração do programa da revolução proletária. (...) Tomamos seriamente a concepção leninista de que a imprensa revolucionária é uma organizadora coletiva e instrumento de educação socialista do proletariado. (...)

O Jornal Massas expressa a estratégia da destruição da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada e edificação da ditadura do proletariado. O Massas se baseia no internacionalismo proletário. Ou seja, a tarefa de construção do Partido Mundial da Revolução Socialista, a reconstrução da IV Internacional. Aplicamos no Brasil o Programa de Transição deixado por Leon Trotsky, cuja validade histórica se materializa na preservação e no avanço do socialismo científico, elaborado por Marx-Engels e aperfeiçoado por Lênin. (...) Na tarefa de reconstruir a IV Internacional, nos unimos ao Partido Operário Revolucionário da Bolívia e ao Comitê Construtor do POR na Argentina para conformar o Comitê de Enlace. (...) O POR boliviano constitui a referência de nossos dias. Sua trajetória programática, seu sólido trabalho de transformação do proletariado em classe consciente e o esforço de sua militância o tem colocado como um fator de construção do partido mundial. (...) Os princípios internacionalistas aplicados em nossa realidade têm permitido ao POR travar uma luta sem trégua ao reformismo do PT e ao centrismo das correntes de esquerda".

Nesse número, o POR relatou a campanha em torno dos 60 anos do assassinato de Trotsky, que consistiu em vários artigos expondo as ideias de Trotsky contra o revisionismo estalinista. Utilizou a obra "Stálin, o grande organizador de derrotas: a III Internacional depois de Lênin". Reproduziu, também, um artigo do Massas da Bolívia sobre os 60 anos do assassinato de Trotsky. Nele assinala a necessidade impostergável de constituir o Partido Mundial da Revolução Socialista. Faz uma síntese das Internacionais e conclui que a IV Internacional, fundada em 1938, conheceu várias cisões. Na atualidade, o POR, por meio do Comitê de Enlace, trabalha pela sua reestruturação. Conclui o artigo dizendo que Trotsky sintetizou seu pensamento na seguinte frase: o "Partido é o Programa".

O nº 300 do Jornal Massas

O Massas 300 foi publicado no início de junho de 2005. Dedicou boa parte para expor a situação do PT diante das denúncias de corrupção. Afirmou que "a CPI dos Correios mostra que o governo do PT/Lula está afundado na corrupção. O objetivo do PSDB é usar a CPI como instrumento de ataque ao governo e preparar o terreno para as eleições gerais de 2006". Por outro lado, as lideranças do governo, como José Dirceu, acusaram a oposição de tramar um golpe contra o governo Lula. O temor de Dirceu é que as denúncias atinjam não só o aliado do governo, o líder do PTB, mas também dirigentes do próprio PT. O artigo conclui afirmando que a CPI será palco das disputas interburguesas. As massas não devem seguir nenhuma das frações capitalistas em disputa. A luta unitária e geral pelas

reivindicações leva ao confronto com todas as frações capitalistas. A defesa da independência política dos movimentos diante do governo e da burguesia é a base para a luta efetiva pelas reivindicações e aponta para o enfrentamento anti-imperialista e anticapitalista. A apuração e julgamento dos crimes da burguesia, de seus partidos e chefes, só pode ser obra das massas mobilizadas, de um Tribunal Popular.

Trouxe, também, o artigo sobre a situação convulsiva da Bolívia. Retrata que “o povo boliviano toma as ruas. As manifestações e bloqueios de estradas desencadearam um processo convulsivo que caminha para a derrubada do governo Carlos Mesa. (...) empunhando a bandeira de nacionalização do gás e do petróleo, sem indenização, uma multidão sacode a pobre e saqueada Bolívia. (...) Uma vez mais tem se comprovado que quando os explorados da Bolívia se incorporam à luta nacional, para recuperar o gás e os recursos naturais das mãos das empresas privadas, a burguesia nativa, seus parlamentares, o governo e o imperialismo se unem aterrorizados para defender o regime da grande propriedade burguesa”. Termina afirmando que “para recuperar o petróleo é preciso expulsar a burguesia e o seu governo do poder político. Esse objetivo se concretizará realizando a revolução e ditadura proletárias (...) O POR, cujo programa forjado no calor da experiência de luta do proletariado mineiro boliviano, é a expressão consciente da vontade de emancipação do conjunto da nação oprimida”.

Transcreveu o artigo “Dos arquivos do POR boliviano – II Congresso Mundial da IV Internacional, realizado em Paris em abril de 1948”. Nele se encarregou o Secretariado Internacional, com a colaboração dos delegados latino-americanos, de elaborar imediatamente após o congresso, como base nos informes apresentados ao congresso, um texto de orientação política geral para a América Latina. Servirá de base para preparar uma conferência Latino-americana. O Secretariado Internacional está encarregado de lançar um chamado, em nome do Congresso Mundial, a todas as organizações que se reivindicam da IV Internacional na América Latina, com o objetivo de realizarem em cada país a unificação em uma só seção da IV Internacional, submetendo suas divergências às decisões do Comitê Executivo Internacional”.

O nº 400 do Jornal Massas

O Massas 400, publicado em fins de outubro de 2010, trouxe na capa: “Uma conquista revolucionária”. Extraímos três passagens de grande significado para a construção do POR: 1) “Nosso surgimento se dava em um quadro mais amplo de fragmentação das correntes que se reivindicam da IV Internacional. Compartilhamos da tese do POR boliviano, insistentemente explicada por Guillermo Lora, de que o partido é o programa, como formulou Trotsky, e que as inúmeras correntes autointituladas de trotskistas não constituíram o programa em seus países. Viviam e vivem de posições conjunturais e se alimentam de diferenças típicas de seitas e de agrupamentos oportunistas; 2) Nossa jovem e inexperiente organização se espelhou na conduta política do POR boliviano (...) está aí por que adotamos o nome de Partido Operário Revolucionário e de Jornal Massas; 3) Lutamos por formar quadros que elaborem coletivamente, soldando a teoria e a prática. Avançamos no sentido do Jornal Massas expressar a

milîtância viva. O Jornal Massas é concebido como um organizador coletivo do proletariado e uma arma indispensável para combater a burguesia e orientar as massas no sentido da destruição do capitalismo”.

Dois outros artigos da situação nacional são fundamentais: 1) sobre a declaração do POR diante das eleições presidenciais; 2) a posição das correntes políticas frente às eleições.

A declaração do POR pelo voto nulo em defesa do programa da revolução proletária e da constituição de um governo operário e camponês, destacamos três pontos: a) o fato do POR estar em construção o impossibilitou de atuar com candidaturas próprias. Também não foi possível apoiar criticamente nenhum dos partidos que se reivindicam do socialismo, em razão de não terem profundos vínculos com a classe operária e por se adaptarem ao eleitoralismo. O voto nulo é a defesa da independência política dos explorados diante dos partidos da burguesia em disputa, entre eles o PT. Posiciona-se pela defesa das reivindicações dos explorados, ligando-as com a defesa da estratégia da revolução e ditadura proletárias; b) a verdadeira essência das eleições não está em decidir pelos valores morais, éticos, religiosos ou científicos. Mas sim constituir um novo governo burguês que dirija por meio da política econômica os negócios da classe capitalista. Os partidos que de fato disputam as eleições e podem vencer estão submetidos ao poder econômico da burguesia (referia-se a Dilma/PT, Serra/PSDV e Marina/PV); c) nas eleições, a classe operária não atua como classe, mas como operários individualizados. Não tem como defender as reivindicações e lutar pela derrubada do poder da burguesia.

O artigo sobre o balanço das eleições e a posição das esquerdas faz uma crítica às posições do PSTU: “um balanço positivo”. O Jornal do PSTU enfatizou que se tratava de “uma campanha operária que remou contra a maré”, ressaltando dois aspectos: a) uma campanha baseada em poucos recursos, assentada no princípio de financiamento independente; b) veto da grande imprensa. O POR contrapôs a essa explicação, dizendo que: “atribuir a esses instrumentos a causa fundamental da baixíssima votação recebida é fugir do problema, é obscurecer a raiz de classe do balanço. Ocorre que o PSTU não tem penetração no proletariado, a única força capaz de combater a dinheirama despejada nas candidaturas burguesas, confrontar o poder da rede Globo de comunicações e seus congêneres e elevar seu partido rejeitando a política dos exploradores”. Também faz uma crítica ao balanço do PCO (“a fraude da vontade popular”), ao exitismo do PSOL (“a campanha foi um sucesso total, pois conseguiu proclamar o socialismo para todos e de maneira irrestrita”) e ao PCB, que se posicionou pelo “voto contra Serra”, no 2º turno.

Trouxe, também, um balanço das greves que ocorriam na Europa, resultantes da crise econômica de 2008. Com o título “Crescem as manifestações e greves na Europa”, foram destacadas as manifestações das centrais sindicais contra a reforma da previdência, os protestos dos trabalhadores de educação na Itália e as greves dos funcionários públicos, operários e juventude na Grécia. Conclui o artigo de que o quadro é de ascenso na luta dos trabalhadores. O que impede a projeção e a vitória das lutas são as direções das principais centrais sindicais. Diz que: “tais direções de passado socialdemocrata são um pode-

roso obstáculo à revolta dos trabalhadores e da juventude. (...) tentam impedir um ascenso revolucionário, contendo as lutas, dentro dos marcos ‘democráticos’ e institucionais. (...) Mais do que nunca, a IV Internacional precisa ser reconstruída. Mais do que nunca, a necessidade da revolução proletária estará na ordem do dia”.

Conclusão

Esse breve relato sobre o Jornal Massas 1, 100, 200, 300 e 400 demonstra o vínculo da organização embrionária com a situação concreta do país e internacional. Formula posições programáticas e defende as bandeiras e os métodos de luta do proletariado contra a classe capitalista, seu Estado e seus governos. Em nenhum momento se descuida de vincular as reivindicações mais elementares das massas com a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Voltar ao passado de nosso partido nos possibilita rever criticamente o percurso do desenvolvimento do POR. Notamos a fortaleza das posições programáticas e teóricas do marxismo-leninismo-trotskismo diante da gigantesca tarefa de superar a crise de direção mundial do proletariado. Enfrentamos o brutal

isolamento diante do imenso proletariado brasileiro. Pacientemente, trabalhamos por superá-lo com as armas do marxismo e rejeição à via fácil do centrismo e do oportunismo. Mas, sem dúvida, o nosso passado nos mostra as fraquezas e a penosa aprendizagem dos ensinamentos do marxismo nas condições de retrocesso imposto pela contrarrevolução estalinista e pela restauração capitalista. Formar um partido de quadros leninista implica ao mesmo tempo assimilar as conquistas mundiais do proletariado e traduzi-las na experiência da luta de classes, transformando a prática em teoria.

Essa conclusão se deveu, em grande medida, ao POR boliviano e ao empenho de Guillermo Lora em construir um Comitê de Enlace com jovens e inexperientes organizações. Uma das lições mais caras ao POR do Brasil é a de que não se transpõe mecanicamente a experiência de um país para outro. O que Lora exigia era tão somente a assimilação crítica da experiência boliviana e exemplificava com o processo de elaboração coletiva no Comitê de Enlace. Reconhecemos a importância das Obras Completas de Guillermo Lora, que é uma conquista programática e teórica do POR boliviano, ou seja, do marxismo-leninismo-trotskismo.

Partido Operário Revolucionário (POR)

Balanco da evolução programática, política e organizativa

1. A luta pelo partido-programa

O Partido Operário Revolucionário (POR), desde o seu I Congresso, realizado em julho de 1989, colocou como objetivo a superação da crise de direção política revolucionária e a construção de uma organização baseada no programa, que tenha como estratégia a revolução proletária e a ditadura do proletariado. Trata-se, portanto, de uma estratégia que se confronta com toda uma gama de correntes revisionistas do trotskismo internacional, além do reformismo e do estalinismo. As resoluções político-programáticas do I Congresso do POR foi a base da unificação da Tendência Quarta Internacionalista e a Tendência pelo POR, então rompidas com a Organização Causa Operária (OQI/PCO).

O surgimento do POR ocorreu no contexto de crise e débacle da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e do Leste Europeu, que confirmou o caráter contrarrevolucionário do estalinismo e a destruição das conquistas da Revolução de 1917 pela burocracia soviética. Um enorme espectro de ativistas e correntes políticas passou a defender com unhas e dentes a democracia burguesa e a via eleitoral, com o objetivo de reformar o capitalismo decadente e democratizar o Estado capitalista.

No contexto nacional, o Brasil tinha recém passado pelo fim de duas décadas de ditadura militar e iniciava o chamado processo de reconstituição da democracia formal burguesa, com o governo de José Sarney, atingido, desde o início, pela crise econômica, que se desenvolvia internacionalmente, e pelo avançado endividamento público, com profundos ataques à vida e às condições de trabalho do proletariado e demais explorados, por meio da alta inflacionária e aumento dos preços dos produtos básicos, atingindo particularmente os rendimentos dos

assalariados.

Do ponto de vista da esquerda reformista, o Partido dos Trabalhadores (PT), constituído no auge das lutas do proletariado e demais assalariados no ABC paulista, marcado pelas lutas contra os governos militares e greves massivas do final da década de 1970 e inícios dos anos 1980, defendia desde o seu surgimento no movimento operário e sindical a estratégia de democratização do Estado burguês, de implantação de supostas reformas a favor dos explorados, de aprofundamento dos direitos sociais, de resolução da questão agrária, de alargamento do mercado interno, enfim, um programa democratizante, que findaria na proposta petista de “desenvolvimento sustentável e distribuição de renda”, por meio da constituição de frentes com partidos da burguesia.

O POR nasceu, portanto, realizando a crítica dessa estratégia democratizante e defendendo a estratégia da revolução e ditadura proletárias, procurando a aplicar o método do programa de transição à compreensão e exposição das leis históricas de desenvolvimento do capitalismo no país, da estrutura das classes sociais e da dinâmica da luta de classes. Tratou também de defender os métodos da luta de classes do proletariado (ação direta), de modo a articular a defesa das reivindicações elementares e parciais dos explorados à organização, mobilização e luta contra a exploração capitalista, levando os trabalhadores a se chocarem com o Estado burguês, a compreenderem a necessidade da destruição da escravidão assalariada e a luta pelo socialismo.

Para tanto, desde a sua origem procurou assimilar e desenvolver os princípios organizativos do partido leninista, pela constituição de militantes profissionais, capazes de assimilar a teoria e o programa da revolução proletária, dedicados à luta

revolucionária, de uma única direção nacional partidária, pelo funcionamento regido pelo centralismo democrático, que implica a mais ampla democracia interna no debate e tomada de decisão e a ação unitária externa, na luta de classes. A tarefa colocada desde a sua constituição, do ponto de vista programática, foi a de inserção dos quadros revolucionários na luta de classes do proletariado e demais explorados. Suas resoluções programáticas atestam o esforço nesse sentido. O desenvolvimento do Programa no XII Congresso, realizado em 2014, é a síntese maior desse processo de inserção do partido na luta de classes.

2. O desenvolvimento programático do POR

É preciso estabelecer os marcos mais importantes do desenvolvimento programático do POR ao longo dos quase 26 anos de sua existência. Muitos desses documentos apareceram nas 500 edições do Jornal Massas, em folhetos, livros, entre outros. A publicação em 2009 do livro “20 anos construindo o programa”, contendo os documentos essenciais do desenvolvimento programático, político e organizativo do partido foi uma decisão fundamental para a formação e elevação político-programática da militância revolucionária e a sua constituição em militantes profissionais, que, no sentido leninista do termo, significa a dedicação à causa revolucionária do proletariado em toda a sua plenitude.

O livro de 2009 contém o Programa aprovado no III Congresso do POR, realizado em janeiro de 1993, sobre a base da experiência com o desenvolvimento do reformismo petista e das correntes revisionistas de esquerda (O Trabalho-OT, Democracia Socialista-DS, Convergência Socialista-CS/PSTU e a Causa Operária-PCO) e o programa aprovado no IV Congresso, realizado em julho de 1994, que afirmava claramente: “A elaboração do programa revolucionário é uma tarefa que nunca cessa”.

O essencial do desenvolvimento programático do POR está em defender o método do Programa de Transição, enquanto a maior parte das correntes se propõe a “melhorá-lo” ou “atualizá-lo”. No fundo, o melhoramento e a atualização dos revisionistas concluem no abandono da estratégia revolucionária do proletariado, qual seja, a revolução e a ditadura proletárias. Algumas dessas correntes manobram obscurecendo a estratégia marxista com expressões como “governo dos trabalhadores”, “poder popular”, entre outras. Isso, quando não defendem abertamente a constituição de “governos democráticos e populares” com setores da chamada burguesia nacional “progressista” no estilo da “revolução por etapas” do estalinismo contrarrevolucionário.

Na verdade, significam a defesa de que é possível pelos métodos eleitorais-parlamentares da democracia burguesa constituir governos a serviços dos trabalhadores, sem modificar a estrutura econômica e de classes, isto é, sem destruir a grande propriedade privada dos meios de produção e o domínio de classe da burguesia, que só pode se dar pela revolução proletária e a instauração da ditadura do proletariado, cuja expressão, nos países capitalistas atrasados, é a do governo operário e camponês.

O POR, ao contrário, caracterizou a etapa atual do capitalismo como de crise estrutural, de decomposição da economia

mundial, de incremento da exploração e da opressão sobre os explorados e de expansão das tendências de barbárie social. Caracterizou a crise de direção política mundial do proletariado como fruto da traição do estalinismo, que levou a cabo um processo de burocratização do Estado soviético, do Partido Bolchevique (depois PCUS) e da III Internacional, personificando a reação da burocracia soviética contra as conquistas políticas, programáticas e organizativas do leninismo e da Revolução de Outubro.

A superação da crise de direção política revolucionária passa pela construção do Partido e sua inserção no seio do proletariado e demais explorados, no desenvolvimento da estratégia revolucionária do Programa de Transição e dos métodos da luta de classes próprios da classe operária. Nos programas aprovados nos III e IV Congressos, o POR desenvolveu a sua plataforma programática no sentido de aplicar o método do Programa de Transição da IV Internacional à compreensão das leis de desenvolvimento do capitalismo no país, da crise mundial e de decomposição imperialista, da crise política de direção e da crítica à estratégia reformista e ao centrismo revisionista.

Uma importante aquisição do programa do III Congresso, de janeiro de 1993, foi a caracterização do Brasil como país capitalista semicolonial, cujo desenvolvimento da indústria e das relações de produção burguesas se deu sob controle dos monopólios internacionais, que dominam os principais ramos da economia nacional, submetendo-os aos interesses das potências imperialistas e do capital financeiro. O desenvolvimento desigual e combinado da estrutura econômica e social brasileira conjuga as mais modernas formas de relações capitalistas (indústria, trabalho assalariado, tecnologia de ponta) com relações pré-capitalistas (pequena propriedade camponesa, trabalho familiar, autoconsumo, predomínio da força física, meios de produção rudimentar, etc). O programa também desenvolveu as suas bases programáticas quanto à estrutura das classes sociais no Brasil e a dinâmica da luta de classes. Constatou: “A possibilidade histórica do proletariado de reunir atrás de si a maioria explorada da cidade e do campo o destaca como a classe revolucionária. Por se constituir em parte do proletariado mundial, poderá levar as demais classes exploradas a protagonizar os objetivos internacionais da revolução socialista”. Isto é, apenas o proletariado, por ser a classe revolucionária e antagônica à burguesia, pode reunir em torno do programa de transformação socialista a maioria nacional oprimida (campe sinato, classe média arruinada). Para tanto, é necessário construir e desenvolver a sua ferramenta política axial: o partido revolucionário.

A estratégia da revolução e ditadura proletárias coloca para os países semicoloniais, de capitalismo atrasado, como o Brasil, a necessidade de superar as tarefas democrático-burguesas pendentes (independência nacional, questão agrária, superação do analfabetismo e dos desequilíbrios regionais) e transformá-las em tarefas socialistas. Somente o proletariado revolucionário, à cabeça da maioria nacional oprimida, sob a direção do partido revolucionário, pode derrotar a burguesia e o imperialismo, estabelecer o seu domínio político de classe pela tomada do poder e iniciar as transformações socialistas em direção à sociedade sem classes, o comunismo. O método e tática revolucionários correspondem aos do proletariado revolucionário e devem fazer avançar a unidade e independência

política de classe dos explorados frente ao Estado, aos governos e partidos burgueses. O programa do IV Congresso, de julho de 1994, nada mais faz que realizar uma síntese dessa estratégia programática no estilo do método do Programa de Transição.

Do ponto de vista do desenvolvimento programático, o programa discutido e aprovado no XII Congresso do POR, realizado em janeiro de 2014, representa um salto fundamental na construção do partido-programa, expressando não só as transformações políticas, econômicas e sociais do último período de decomposição do capitalismo em sua crise estrutural, como a inserção dos quadros partidários do POR na luta de classes no país.

Na apresentação do livro programa se diz: “O POR se distingue das demais correntes que se reivindicam do trotskismo por se construir como partido-programa. É impensável para os marxistas um partido apoiado tão-somente em análises conjunturais, documentos teóricos, declarações e manifestos. Por mais importantes que sejam tais formulações, não revelam as leis históricas do país que permitem ao proletariado se erguer como força consciente e transformadora. O Programa do XII Congresso se alicerça na exposição e revelação de tais leis históricas que conformam o capitalismo mundial e suas refrações nacionais no Brasil e que levam à revolução proletária. A leitura do Programa evidenciará o esforço da militância porista em aplicar o materialismo histórico como instrumento de conhecimento das origens e transformações do capitalismo no Brasil. Verificamos como a classe operária se elevou como força motriz da revolução socialista. Dela se origina o Programa, e de nenhuma outra classe oprimida. Sem dúvida, este é forjado pelo seu destacamento avançado que assimilou e assimila as conquistas do marxismo-leninismo-trotskismo”.

O programa do XII Congresso expõe os seus fundamentos, alicerçados na estratégia da revolução proletária. Não à toa se destaca claramente, em primeiro lugar, a estratégia do POR: “O fundamento histórico do programa do Partido Operário Revolucionário (POR) é o da revolução proletária. O POR se constrói como um instrumento do proletariado em seu objetivo de tomada do poder pela via da insurreição. A sua estratégia é a de destruir a ditadura de classe da burguesia e estabelecer a ditadura de classe do proletariado. A revolução permitirá ao proletariado expropriar a burguesia e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista”. Para tanto, esclarece o caráter de classe do Estado burguês como máquina de dominação da minoria capitalista sobre o proletariado e demais explorados. Por isso, o Estado e governos capitalistas utilizam a violência reacionária para reprimir greves, ocupações, manifestações e levantes. Por mais que se tente amortecê-la, bloqueá-la ou desviá-la para as instituições eleitorais-parlamentares, a luta de classes dos trabalhadores reascende e se projeta à tomada revolucionária do poder e à constituição da ditadura do proletariado.

Como nas resoluções programáticas anteriores, o Programa do XII Congresso destaca que os métodos, a tática e as reivindicações devem ter por objetivo a unidade e a independência política da classe operária e dos demais explorados em luta contra o Estado e a burguesia. Portanto, o método “consiste nas variadas formas de ação direta, de manifestação coletiva

dos explorados; e a tática, nos variados meios que constituam a unidade da luta contra a burguesia. O método e a tática decorrem da luta de classes, da natureza revolucionária da situação e do objetivo estratégico da tomada do poder e implantação da ditadura do proletariado. A tática é definida pela estratégia numa relação de interdependência. O proletariado derrotará a burguesia somente se alcançar a sua unidade e a unidade da maioria oprimida”.

O Programa do XII Congresso destaca que tem como base o internacionalismo proletário, que expressa o caráter mundial do capitalismo e da luta do proletariado como classe revolucionária em todas as latitudes. A revolução proletária no Brasil integra a revolução socialista no continente latino-americano, como parte da revolução socialista mundial. A vitória do proletariado, como dirigente da maioria oprimida, no Brasil significa o rompimento de um elo da cadeia imperialista mundial e projeta o processo revolucionário em escala internacional. É profundamente reacionária a concepção estalinista do “socialismo em um só país”, que se alicerça na concepção antimarxista das economias isoladas e auto-suficientes, constituindo uma negação do internacionalismo proletário. Do ponto de vista político, o internacionalismo coloca a necessidade de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

A caracterização das leis históricas de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sob impacto das transformações do capitalismo internacional, é base da análise das classes sociais no país e da luta que se trava entre burguesia e proletariado. O Programa do XII Congresso afirma: “O caráter da revolução no Brasil é determinado pelo alto desenvolvimento das forças produtivas mundiais, pela tendência geral à decomposição do capitalismo monopolista e pelo particular lugar que ocupa na ordem internacional como país de economia atrasada e semi-colonial. O amadurecimento das condições para a revolução proletária no País é dado pelo esgotamento do modo de produção capitalista mundial e não apenas pelo particular desenvolvimento do capitalismo interno. Não haverá outro tipo de transformação que não seja socialista. A classe operária chegará ao poder pela revolução social e transformará a propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista”.

O que implica a superação das tarefas democrático-burguesas pendentes, próprias do capitalismo atrasado semicolonial, e a sua transformação em tarefas socialistas. O domínio do latifúndio no campo, as condições de opressão e exploração do campesinato pobre, o avanço do agronegócio, a opressão sobre as nacionalidades indígenas implicam a resposta revolucionária ao problema do acesso à terra (questão agrária) e transformações das relações sociais no campo, com a destruição do latifúndio, entrega das terras à massa camponesa pobre, a posse da terra e a autodeterminação das nacionalidades indígenas. Para tanto, é necessário defender a aliança operário-camponesa, com a qual é possível unir a maioria oprimida, à base do programa da revolução proletária. No final do Programa do XII, apresenta-se um conjunto de reivindicações e tarefas transitórias, que sintetizam a defesa da vida dos explorados.

3. Posições políticas frente aos problemas da luta de classes

Como se afirmou antes, o POR nasceu e se desenvolveu

sobre a base da crítica programática à estratégia democratizante do PT e das correntes que lhe seguiram na defesa da possibilidade de reforma do capitalismo, do eleitoralismo e do parlamentarismo como vias para chegar ao poder do Estado burguês e supostamente colocá-lo a serviço dos interesses dos trabalhadores, mostrando como esse objetivo histórico do reformismo petista e das correntes revisionistas do marxismo obscurecia o verdadeiro caráter das transformações necessárias à destruição do domínio de classe da burguesia e de avanço da luta socialista. Ao contrário, a estratégia democratizante reforçava cada vez mais entre os explorados a ideia de que é possível um capitalismo renovado, melhorado, humanizado e de que através dos governos do PT, do chamado “governo dos trabalhadores” (depois transmutado em “governo democrático-popular”) se conseguiria democratizar o Estado, afastar as velhas oligarquias e seus partidos parasitas e avançar nos direitos e conquistas do proletariado e demais explorados.

Desde as resoluções político-programáticas do I Congresso (1989), afirmamos claramente que a essência da política da direção petista, “traçada pela direção majoritária se resume na estruturação do PT como uma esquerda nacional adaptada às condições do atual estágio da crise. Trata-se, como a própria articulação qualifica, de uma alternativa democrático-popular para dirigir o Estado burguês. Nessa visão, o PT desponta como uma possibilidade de governo que fecharia o ciclo da chamada ‘transição conservadora’ e abriria um processo de democratização e reformas, destinado a tirar o país do precipício. Assim, amparado na estratégia democrático-popular, o PT se apresenta como um substituto dos partidos burgueses democratizantes, que faliram nos propósitos de erguer uma ampla democracia social representativa (...). Um governo democrático, alçado ao poder pelo voto, não é um governo revolucionário apoiado nas massas organizadas, e não poderá vir a sê-lo. Ele é produto da estratégia de adaptação do PT ao Estado, que, tanto pelo programa reformista quanto pela tática traçada (o eleitoralismo), o submete aos liames do poder estatal e às relações de propriedade e de opressão nacional”.

De fato, a direção do PT, nas mãos dos setores reformistas e democratizantes, chamada de Articulação (depois Campo Majoritário e Construindo um Novo Brasil – CNB), sob a direção de Lula, adiante reforçada por José Dirceu, procurou, em todos os momentos de crise política e econômica direcionar as insatisfações das massas de trabalhadores e demais explorados para o campo institucional e eleitoralista, preservando acima de tudo as bases do regime político e do Estado capitalista. Sob o programa reformista de preservação da grande propriedade privada burguesa e de administração do Estado, o PT foi convertido ao longo dos anos 1990 em uma força eleitoral, com apoio da burocracia sindical dirigente da CUT, que, concomitantemente, sofreu um profundo processo de burocratização e de adesão à política sindical social-democrata de conciliação de classes entre burguesia e proletariado e de defesa do chamado “sindicalismo de resultados e propositivo”. As seguidas derrotas eleitorais (1989, 1994 e 1998) aprofundaram a adaptação do partido à ordem burguesa e reforçaram as medidas burocráticas internas, que provocaram a saída de organizações, que se reivindicavam do marxismo e da revolução socialista, como foi o caso do POR.

Na década de 1990, os chamados “governos neoliberais” (Collor, Itamar, FHC) implementaram planos e medidas de ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores, além de privatizar (chamado de Plano de Desestatização) as empresas públicas em vários ramos e áreas de atuação do Estado. Fernando Henrique aplicou nos dois mandatos as diretrizes pró-imperialistas e de ataques aos trabalhadores e demais explorados por meio do Plano Real (ajuste fiscal, cortes orçamentários, altas taxas de juros, cortes de salários e das verbas do orçamento nas áreas sociais), privatizou empresas públicas como a Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, Embraer, Telebrás e Eletrobrás, perseguiu e reprimiu o funcionalismo, as greves dos trabalhadores, como ocorreu com a greve histórica dos petroleiros em maio de 1995, fortaleceu a agroindústria e o poder do latifúndio, resultando na expulsão e morte de camponeses, como foi o caso do fuzilamento de 19 trabalhadores, em abril de 1995, em Eldorado dos Carajás, no Pará.

Para o PT, não se tratava de derrubar as medidas antiope-rárias e antipopulares nas ruas, por meio do avanço da luta de classes do proletariado e demais explorados, mas de direcionar as insatisfações dos explorados para a estratégia eleitoral-parlamentar, de constituição de um “governo democrático-popular”, em aliança com os partidos da burguesia (oligárquicos) e bloquear, dessa forma, o desenvolvimento da luta direta (greves, manifestações, ocupações, bloqueios). O POR, ao contrário, colocou-se pela derrubada das medidas antioperárias e antipopulares por meio da ação direta, defendendo um conjunto de reivindicações que expressam a vida da classe operária e dos demais explorados, como o salário mínimo vital, a escala móvel de trabalho e de salários, habitação, saúde e educação a todos, contra toda forma de opressão e discriminação, por meio da independência política dos explorados frente ao Estado e partidos da burguesia e defesa da democracia sindical.

O desenvolvimento da crise econômica mundial, seus reflexos na economia nacional e o desgaste do governo FHC abriram a possibilidade de chegada do PT ao poder do Estado. Para tanto, o PT assinou a chamada “Carta ao Povo Brasileiro”, na qual assegurou ao capital nacional e internacional a sua intenção de respeitar a grande propriedade privada e os interesses dos capitalistas, além de manter os acordos assinados pelos governos anteriores, a defesa da ordem pública, a manutenção dos fundamentos do Plano Real e os investimentos de interesse das frações burguesas, inclusive do agronegócio. Com o apoio de partidos oligárquicos da burguesia e dos latifundiários (PMDB, PL, PP, PMN), do estalinismo (PCdoB) e financiado por conglomerados capitalistas, o PT se potenciou como força eleitoral, chegando ao poder do Estado burguês em 2002, com a eleição de Lula à presidência. Recebeu apoio de organizações do movimento sindical, entre elas a CUT, do MST e da UNE. Até mesmo correntes que se reivindicam do trotskismo, como o revisionista PSTU chamou o voto em Lula no segundo turno das eleições de 2002, se comprometendo com a eleição de um governo financiado por setores burgueses e compromissado com as diretrizes do capital.

No Jornal Massas 248, de 23 de outubro a 4 de novembro de 2003, afirmamos: “Eleições: é preciso dizer que o governo do PT/Lula será de traição às esperanças dos trabalhadores”.

E alertamos: “Os compromissos de seu governo com o grande capital internacional e seus acordos políticos com grupos capitalistas nacionais por si constituem traição à confiança e esperança dos pobres e famintos. Não se deve acreditar que esse governo fará uma política oposta a tais compromissos antinacionais e antipopulares. A base militante petista e as esquerdas que o apóiam querem dar a entender que o PT foi obrigado a contrair tais compromissos por razões puramente táticas, para poder ganhar as eleições contornando a campanha do governo sobre a instabilidade etc. Dizemos que essa explicação é ilusória e falsa. O governo do PT será de coligação com forças da oligarquia. Não terá independência frente ao imperialismo e descarregará a crise capitalista sobre os explorados, como já vem sendo feito. Utilizará o argumento de que o novo governo terá de ter tempo para arrumar a casa, que a crise já existia e que o sacrifício dos oprimidos será compensado mais à frente com o crescimento econômico etc. Exortará os operários a não fazerem greves e os camponeses a não ocuparem terras. Manobrá com a bandeira da negociação entre as classes. Pedirá compreensão para que seu governo seja estável. Acusará os lutadores de fazerem o jogo da direita frente à defesa das reivindicações das massas e contra o continuísmo das reformas pró-capitalistas. Tudo isso é previsível. É bom que se diga desde já para melhor enfrentar a traição do governo de Lula”.

De fato, os dois mandatos do governo Lula (2002-2010) e os anos do governo Dilma Rousseff (2011-2015) mostraram claramente o compromisso do PT com a manutenção das diretrizes traçadas pelos governos neoliberais, particularmente de FHC, por meio do Plano Real (superávit fiscal, pagamentos de juros e amortizações da dívida públicas, privatizações de

bancos federalizados, rodovias, portos, aeroportos e petróleo) além das diversas medidas de ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores, como ocorreu com as reformas da Previdência (2003), Sindical e de flexibilização das leis trabalhistas, o avanço da mercantilização e desnacionalização da educação e da saúde, o avanço do agronegócio, reforço do latifúndio, a violência e expulsão contra camponeses e indígenas, criação da Força Nacional de Segurança para reprimir greves de trabalhadores e prisão de lideranças, como ocorreram nas manifestações de junho-julho de 2013 e de 2014, contra a copa.

No contexto atual de avanço da crise mundial do capitalismo e de impacto na economia do Brasil, o segundo mandato de Dilma (PT) começou com a aprovação do projeto de lei da Terceirização pela Câmara dos Deputados e das medidas de Ajuste Fiscal (MPs 664 e 665), encaminhadas pelo governo, demonstrando ainda mais claramente o acerto da linha política do POR e a necessidade de penetrar o programa da revolução proletária no seio do proletariado e demais explorados. Trata-se de defender a bandeira de oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma Rousseff (PT), enfrentar as medidas de ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores por meio da constituição de uma frente única e denunciar o compromisso da burocracia sindical com um governo que ataca frontalmente as massas, defendendo o rompimento da CUT com o governo.

O jornal Massas 500 pode não apenas sintetizar o percurso de construção das posições programáticas e políticas do POR sem ter de ocultar absolutamente nada de seu passado como demonstrar que os acontecimentos ao longo desses anos confirmaram o acerto de suas teses e análises fundamentais.

Como se deu a construção do Programa do POR?

Nos dias 11 e 12 de janeiro de 2014, o POR realizou seu XII Congresso, quando foi aprovada a última atualização de seu programa. A trajetória do partido demonstra a importância que sempre reservou a esse aspecto. Uma fração desse esforço pode ser apreendida através da leitura do livro *20 anos construindo o Programa*, publicado em 2009. Ali se encontra condensada boa parte da experiência viva da organização que, apesar de sua condição embrionária, nunca se desviou da tarefa de aplicar o método do socialismo científico para compreender a realidade, mirando a sua transformação. Sem dúvida, o POR não pode ser acusado de ter cedido à tentação dos falsos atalhos e das improvisações.

Ainda assim, soube situar o papel da vanguarda combativa reunida em seu seio, sem o exitismo. Não deixou nem por um minuto de reconhecer a construção do partido como obra histórica do proletariado, e não exclusivamente sua. A intervenção do partido transforma a classe e vice-versa, ampliando a relevância do guia que constitui a teoria marxista. Os fatos da luta de classes se encarregam de apontar os erros e acertos. Esse processo contínuo obriga o partido a permanecer alerta, espírito que prevaleceu de sua origem até hoje, passando pelo XII Congresso.

Durante a realização deste, a discussão coletiva revelou uma grande coesão interna e um salto no amadurecimento po-

lítico. Esse saldo constitui a síntese dos congressos e conferências anteriores. A inserção nos movimentos foi forçando o partido a responder aos problemas concretos, com destaque para a experiência que as massas vêm realizando com o reformismo petista. O POR surgiu a partir de um pequeno grupo que chegou militar por no interior do PT, como tendência (TPOR). A ruptura veio em maio de 1990, decidida em uma Conferência Extraordinária. Mais adiante, o VII Congresso (2003) teve de se deparar com a ascensão de Lula ao poder com grande apoio popular, acontecimento que compeliu a organização a se posicionar com a tática correta. Entre 1990 e 2003 houve todo um percurso por onde o reformismo foi se adaptando aos ditames da política burguesa.

O Congresso de 2014, portanto, contou com um histórico de atuação partidária frente à ascensão do PT até este atingir seus primeiros sintomas mais graves de esgotamento. A crise política apontava a sua conexão com a linha descendente da economia desde 2008. E foi durante toda essa etapa particular da história do país que a militância foi se forjando. O trabalho de elaboração coletiva diante das experiências concretas permitiu estabelecer fundamentos seguros para traçar os prognósticos indispensáveis. E mais do que isso, possibilitou realizar uma atualização mais ampla do Programa, inclusive de sua forma de exposição. Esse duplo trabalho, de análise da linha política

e de mudanças no Programa, só pôde se efetivar mediante um vigoroso esforço político.

O Congresso, inclusive, estava marcado para acontecer antes. Seu adiamento se deu em razão da constatação de que a militância não havia preparado suficientemente bem o debate sobre o conjunto de propostas de atualização. O curso de formação política realizado em São Paulo teve de se debruçar sobre parte dos temas, visando a aprofundar e coletivizar as discussões. Tais decisões se mostraram corretas, o que se comprovou pela elevação das intervenções da plenária durante o Congresso. O resultado foi a aprovação das resoluções a respeito da situação política, além da última versão do Programa do partido.

O Programa existente até essa ocasião era uma síntese, elaborada no VII Congresso. Fala-se em síntese, pois suas bases estavam contidas no documento de 1993 (III Congresso). Este apresentava ainda uma série de explicações e exemplificações. O que se fez em 2003, portanto, foi tornar o texto mais conceitual, sem tocar em sua essência. Por trás dessas modificações aparentemente sem importância, está um processo de depuração das ideias, de avanço nas formulações, de afastamento das abstrações até certo ponto naturais numa organização embrionária.

O cuidado destinado a esse aspecto se origina da aplicação da concepção leninista de partido-programa, segundo a qual a militância dedica o essencial de sua vida para encarnar as ideias que conduzirão as massas ao socialismo. A apresentação escrita dias após a realização do XII Congresso afirma a esse respeito que “é impensável para os marxistas um partido apoiado tão-somente em análises conjunturais, documentos teóricos, declarações e manifestos. Por mais importantes que sejam tais formulações, não revelam as leis históricas do país que permitem ao proletariado se erguer como força consciente e transformadora”.

O partido marxista exige que se combinem a teoria e a prática, numa relação de interdependência. A experiência histórica da classe operária internacional deve ser o ponto de partida para a construção do Programa. O POR toma como referência teórica a obra monumental deixada por Marx, Engels, Lênin e Trotsky, em particular o Manifesto Comunista, os documentos

dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista e o Programa de Transição. Conta também com a formidável experiência da POR boliviano, ligado à seção brasileira pelo Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQI).

Esse arcabouço deve ser aplicado dialeticamente à realidade de cada país. O Programa deve desnudar as leis históricas que conduziram à conformação do país tal como se apresenta na atualidade. Em outras palavras, deve revelar os mecanismos de funcionamento do modo de produção e apontar as principais tarefas para combatê-lo, além de expor os seus fundamentos históricos. Pensando nessa consideração é que foi feita a reformulação do Programa em 2014. Este, diferentemente das versões de 1993 e 2003, está dividido em duas partes: 1) Programa de Transição para a revolução socialista no Brasil e 2) Fundamentos históricos do Programa. Não se trata de uma separação estanque, mas de elementos que se complementam.

Dentre os princípios, fundamentos e tarefas que compõem o Programa, se destacam a defesa da revolução e ditadura proletárias e do socialismo, a luta de classes como motor da história, o internacionalismo, a democracia operária e o método da ação direta. Está colocada a necessidade de erguer um sistema de reivindicações transitórias, capaz de estabelecer a ponte entre os problemas mais imediatos dos explorados e a estratégia socialista.

O POR celebra a publicação do número 500 do Jornal Massas com a atitude vigilante que corresponde às gigantescas tarefas apontadas acima. A crise do capitalismo já acirra a luta de classes nacional e internacionalmente, impondo a construção rigorosa de um partido que conduza o combate instintivo dos explorados em direção à ação consciente de derrubada do capitalismo. A edificação de uma organização revolucionária desse tipo é a única resposta à crise de direção instaurada desde as traições da II e III Internacionais, degeneração que foi fruto justamente da revisão do programa e da teoria, levando, por conseguinte ao seu abandono. Coube à fração oposicionista liderada por Leon Trotsky dar prosseguimento a essa luta, trabalho ao qual a militância porista se entrega plenamente.

Viva o Programa do POR!

Concepção, linha política e tática marxista para os sindicatos

Nas páginas do jornal Massas, ao longo de sua existência, são recorrentes as formulações da política sindical. O trabalho de organização dos explorados necessariamente passa pelos sindicatos, por mais burocratizados e deformados que estejam. A luta pela constituição de direções revolucionárias nos sindicatos, assumindo ou não o seu comando, é decisiva para forjar a vanguarda da revolução proletária.

Não temos dúvida de que há uma relação necessária entre conquistar posições classistas no movimento sindical e construir o partido marxista-leninista-trotskista. Sobretudo há uma relação entre as tendências instintivas dos explorados em se defender da exploração do trabalho e dos ataques dos capitalistas e o movimento proletário socialista. Nessa confluência, em certa medida, comparecem os sindicatos e suas direções traidoras.

Trava-se uma luta intestina no movimento sindical entre a política das direções contrarrevolucionárias e a revolucionária. Seu desenvolvimento e consequências afetam diretamente o processo de construção do partido. Comparecem e atuam nesse embate uma gama de posições, que podem ser agrupadas em reformistas e centristas. Não apenas a burocracia orgânica é um obstáculo. No próprio campo da burocracia estatista, há diferenciações que expressam ligações particulares com as frações capitalistas e seus partidos.

Não se pode deixar de reconhecer que duas grandes frações burocráticas controlam o movimento sindical: a ligada ao PT, que é a CUT e a ligada hoje ao SD (antes ao PDT), que é a Força Sindical. Mas há outras frações, até mais à direita do espectro. O reformismo pequeno burguês socialdemocrata representado pelo PSOL tem sua organização sindical, que é a Intersindical;

o centrismo, à esquerda de todos, PSTU, a CSP-Conlutas e o estalinismo, PCdoB, à direita, a CTB. As demais centrais se ligam ao PDT, PSDB e PMDB. O PSB está com a CTB. O mapa da divisão aumentou depois que o PT/Lula chegou ao poder e promoveu a tal da Reforma Sindical, que despertou a cobiça do milionário imposto sindical.

O estilhaçamento do movimento em uma dezena de centrais, a consolidação de áreas de controle e a divisão tácita de trabalho entre as frações da burocracia se tornaram um grande obstáculo ao objetivo histórico do proletariado de constituir uma única central classista, objetivo esse colocado no começo do século passado. No programa do POR, assumimos essa tarefa levantada pelo Congresso Operário de 1906, evidentemente de acordo com nosso tempo.

Para esse número especial do jornal Massas 500, destacamos o empenho do POR em dissuadir o PSTU/PSOL a cindir a CUT. Participamos de todo o processo sem nos omitir e sem ladrar de fora contra o divisionismo. Condenamos a ruptura da Intersindical com a Conlutas, que significou mais estilhaçamento. Não de fora, mas de dentro. Depois de formada a CSP-Conlutas, o POR em nenhum momento trabalhou para que fracassasse. O que resultaria em fortalecimento da burocracia estatizante. No entanto, não deixou de combater o divisionismo e defender objetivo histórico de constituição de uma única central operária. Abaixo expomos nossa experiência, retratada par e passo em vários números do jornal Massas.

Reforma Sindical impulsiona o divisionismo

Em 2004 veio à público a política do PSTU de cindir com a CUT, de formar uma nova “organização” nacional, que representasse um “polo classista” e “aglutinador” dos movimentos sindicais, populares, camponeses e estudantis. Em 14 de março de 2014, em Luizíania (GO) reuniram-se cerca de 1800 representantes de sindicatos e movimentos para debater a Reforma Sindical, a Trabalhista e se posicionar diante da questão da ALCA.

Era, portanto, no contexto da Reforma Sindical, anunciada pelo governo Lula, que nasceu o embrião da CSP-Conlutas: a Coordenação Nacional de Lutas que deveria atuar como uma frente única nas várias manifestações que ocorriam no período, com destaque para a greve nacional dos bancários e a luta do funcionalismo contra a Reforma da Previdência, nascia premida pela “regulamentação” do Estado diante das centrais sindicais.

Mesmo sem deliberação de alguma Conferência ou Congresso, o PSTU já trabalhava nos sindicatos e nos movimentos que dirigia com a política de desfiliar da CUT e “fortalecer uma nova direção”. Foram preparados pela Coordenação Nacional, ainda em 2004, encontros estaduais para “apoiar as oposições sindicais” e deliberar pela desfiliação de sindicatos, a exemplo da Federação Democrática dos Metalúrgicos-MG e do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, ambos dirigidos pelo PSTU. Ainda em 2004, começou a preparação do “Encontro Nacional da Conlutas” para o mês de janeiro quando ocorreria em Porto Alegre o Fórum Social Mundial.

Desde 2004, afirmávamos a importância de constituir uma fração revolucionária para enfrentar a burocracia e uma frente única de ação para combater as reformas do governo petista.

Rejeitávamos a campanha de desfiliação da CUT que já estava em curso. Afirmamos, com base no que propunha a Reforma Sindical, que o divisionismo da CUT não expressava um processo de “ruptura das bases” com a burocracia, como alegava o PSTU, mas sim uma adaptação às proposições dessa Reforma, que concentraria na direção da CUT, onde o PSTU e ex-petistas eram minoria, o poder de negociação com os governos e patrões, independente da vontade das bases dos sindicatos. Nossa análise de então concluía que o PSTU objetivava manter o controle minoritário dos seus aparatos sindicais por meio da criação de uma nova central. A Reforma Sindical proposta pelo governo petista jogava o PSTU e, em seguida, outras correntes e partidos, para o campo do divisionismo sindical.

Atuamos no “Encontro Nacional da Conlutas” por meio de intervenção e distribuição de um manifesto propondo a formação de uma frente única de luta contra as Reformas, mas combatendo a posição do PSTU de utilizar a Coordenação Nacional como instrumento de desfiliação da CUT (e, paralelamente, da CONLUTE de divisão da UNE). Nosso manifesto e nossa intervenção pública tinham como eixo “*Construir uma frente única de ação direta e de combate à burocracia sindical*”. Nossa posição era muito clara e baseava-se em alguns pontos: (a) a chegada do PT ao poder do Estado não havia criado a burocratização e a estatização da CUT; havia somente intensificado esse processo que vinha desde o início dos anos 90, quando a burocracia cutista atuou como colaboradora do plano de estabilização da economia dos governos FHC; (b) não havia, ao contrário do que proclamava a direção do PSTU, um movimento de ruptura das massas e, sobretudo, da classe operária em relação aos sindicatos cutistas e não-cutistas; (c) não era condição para fortalecer a frente única de ação contra as reformas a desfiliação da CUT; na verdade, pelo próprio caráter da Coordenação, que reunia os mais variados movimentos (estudantil, popular, sindical), a atuação da CONLUTAS poderia ocorrer dentro e fora da CUT, como uma fração revolucionária lutando contra a política pró-imperialista de Lula; (d) a desfiliação dos sindicatos era um movimento de cúpulas, de direções sindicais, e não das bases, por isso era implementada apenas nos sindicatos em que o PSTU dirigia majoritariamente; (e) a tarefa dos militantes classistas era trabalhar para superar a ilusão dos milhões de assalariados sob influência dos sindicatos dirigidos pelos governistas, não confundindo a quebra de ilusão de uma camada dos trabalhadores com o conjunto dos explorados do país. Defendemos e afirmamos no manifesto do “Encontro Nacional da Conlutas” a seguinte linha política: “*A Conlutas e a Conlute, ao organizarem manifestações contra as reformas, comparecerem como frente única. Esse caráter deve ser reforçado e aperfeiçoado organizativamente, constituindo comitês de frente única em todo o país, apoiando-se em um conjunto de reivindicações que contraponha os explorados à burguesia, ao governo e à burocracia sindical*”. Desde então fomos a única corrente a defender a não-desfiliação da CUT, atuando tanto nessa Central quanto nas atividades da Conlutas.

A campanha de desfiliação e o aventureirismo do PSTU

A Coordenação Nacional continuou a todo vapor buscando angariar o apoio dos ex-petistas (PSOL) e dos sindicatos não filiados à CUT para dar corpo à política de criação de

uma nova central. Definitivamente, abandonava-se o campo de luta contra a burocracia no interior da CUT para se constituir um novo aparato sem força para se levantar contra a burocracia e sem força para dirigir nacionalmente a luta dos trabalhadores. Afirmávamos que os sindicatos nas mãos dos oposicionistas da burocracia petista tinham um papel a jogar na luta interna contra a direção majoritária da CUT. Papel que esses sindicatos estavam, sob a direção do PSTU, negando. Trabalhamos durante o ano de 2004 e 2005 em todas as atividades convocadas chamando a Conlutas a rever sua posição de desfiliação. Divulgamos uma série de cartas e manifestos do Partido Operário Revolucionário defendendo a frente única de ação contra a criação de uma nova central. A direção do PSTU, com outras correntes menores, atuavam, porém, no sentido de transformar a desfiliação em afirmação já de um novo aparato. Com esse intuito, convocaram o CONAT para maio de 2006.

Para o espanto das direções das correntes divisionistas, compareceremos ao CONAT, defendendo com intervenção no plenário e com manifesto a política de *“Combater a burocracia sindical, sem romper com a CUT”*. Apenas duas posições foram colocadas no Congresso de 2006: a de romper e criar a nova Central, defendida pelo PSTU, por setores do PSOL e por correntes ultraesquerdistas, e a de combater a burocracia, sem dividir a CUT, transformando a Conlutas em uma fração revolucionária para intervir dentro e fora da CUT, defendida pelos militantes do POR. Entre os grupos esquerdistas, a nova Central já poderia ser criada imediatamente, como central “soviética”; para o PSTU e outras alas, era preciso esperar que alguns sindicatos, como o ANDES/SN, se posicionassem quanto à desfiliação da CUT e ingresso na Coordenação Nacional. Ora, avaliamos e denunciávamos o quanto subjetiva era a posição dos divisionistas: se havia uma ruptura das bases com o sindicalismo “chapa branca” dos petistas porque a criação da Central dependia de alguns sindicatos? Na verdade, era um movimento de poucos sindicatos já sob a influência dos divisionistas. Na ocasião, a construção da Conlutas coincidia, paralelamente, com a política do PSTU de defesa da frente eleitoral “classista”, que tinha como protagonista a então reverenciada Heloísa Helena, do PSOL.

O CONAT de 2006 serviu apenas para reafirmar as desfiliações e proclamar a necessidade de uma “nova” Central. Seguiu a política que o PSTU defendia de um estatuto que criasse “oficialmente” a Conlutas e que não elegeisse a sua direção nos próprios congressos. Foi a forma que o PSTU encontrou para manter o controle da Coordenação e ficar “aberto” a ingresso de novos sindicatos e movimentos sociais. No CONAT, de posições políticas, aprovou-se a bandeira reformista de um “governo dos trabalhadores”, a proposta de plebiscito oficial quanto à Alca, a afirmação da auditoria “cidadã” da dívida pública, e a campanha pela anulação da Reforma da Previdência por meio de atos e abaixo-assinados. Nesse congresso “classista” rechaçou-se a bandeira de tribunais populares, a defesa do salário mínimo vital e da escala móvel das horas de trabalho.

Fragmentação dentro do divisionismo

Em 2008, ocorreu o 1º Congresso da Conlutas. De 2006 a 2008, efetivamente o quadro de “ruptura” e de “nascimento

de uma nova alternativa para os trabalhadores” não avançou. Não obstante, mantivemos nossa participação porque, como afirmamos em nosso manifesto, *“Ao 1º Congresso da Conlutas – Conlutas – uma nova Central?”*, *“entendemos que só a experiência dirá se estamos corretos ou não e porque a necessidade da unidade organizativa da classe operária continua vigente”*. Assim, apesar da política divisionista e do bloqueio objetivo que representava a fragmentação das centrais e o isolamento das lutas, não criado mas fortalecido por essa política divisionista, continuamos a afirmar a necessidade de uma frente única de ação direta com uma plataforma de reivindicações que garantisse a unidade de todos os explorados.

A divisão mostrava-se mais claramente superestrutural. Às vésperas do Congresso, correntes como o MTL, MES e MAS romperam com a Coordenação, alegando que os acordos efetuados nas reuniões da CONLUTAS eram impostos por uma “maioria artificial” do PSTU. Este, por sua vez, fazia concessões às correntes reformistas, como afirmar publicamente que o Congresso da Conlutas não iria se posicionar em relação aos governos nacionalistas da América do Sul (Bolívia, Equador, Venezuela). O jogo das cúpulas ficava evidente; o centrismo do PSTU se adaptava ao reformismo das correntes e movimentos e ao eleitoralismo da “frente classista”. Na ocasião, a Intersindical (dirigida pelas maiores correntes do PSOL) já havia afirmado que “ainda não era tempo” para a fusão com a Conlutas.

Também ficou evidente no Congresso de 2008 que a cisão com a CUT não era condição para a unificação dos movimentos, porque o PSTU defendeu e aprovou o caráter da Central: “sindical, popular e estudantil”. Ou seja, a “unificação” de todos os lutadores não dependia da criação de uma nova Central, já que a representação dos sindicatos era, segundo dados da época divulgados pelas correntes participantes, de apenas 26% enquanto a de estudantes, por exemplo, era de 25%. Embora tenha se aprovado a restrição de, no máximo, 10% de estudantes na direção da Coordenação, a composição social do Congresso demonstrava não haver uma “ruptura de massas com o governo do PT”, muito menos com a CUT.

Não atuamos, nesse congresso, com o objetivo de nos opormos à cisão, que já estava concretizada, atuamos com o objetivo de aprovar resoluções que encaminhassem a organização da luta, a formação dos comitês de frente única e a defesa das reivindicações gerais de salário e de emprego. No entanto, predominaram nas votações a defesa da legalização da nova central, a “abertura” de discussão sobre as eleições, sem que a Conlutas indicasse “candidatos”, a posição de “oposição de esquerda” aos governos federal, estaduais e municipais que tem “planos comuns”, o apoio à política de cotas para negros e mulheres, a participação de organizações militares se filiarem à Conlutas. Sobre a questão da terra, não se aprovou qualquer resolução.

Como se vê, em 2008, já estava configurada a política da “nova” Central. O centrismo dominava e oscilava entre a afirmação caricatural do “êxito” da construção desta “alternativa” e a necessidade de fazer concessões ao reformismo pequeno-burguês, adotando bandeiras que os próprios cutistas defendiam. Nem “nova alternativa de direção” nem “Central vermelha”, apenas a adequação dos centristas e reformistas ao

agravamento da estatização dos sindicatos.

O fracasso do Conclat

Embora aprovada a nova Central, o jogo das cúpulas mantinha-se vivo e a fusão com a Intersindical ainda era o projeto a ser alcançado para 2010, quando foi convocado o Conclat. Em junho de 2010, em Santos, quase 3 mil delegados foram com o objetivo de unificar as alas oposicionistas ao governo petista e à CUT.

Por se tratar de um movimento das direções dos partidos, dos sindicatos, dos movimentos populares, por não se apoiar em um processo de mobilização e deslocamento das massas, o Conclat esteve fadado ao fracasso desde o seu primeiro dia de instalação. Como resolver as diferenças entre as direções dos partidos e dos movimentos? A “maioria artificial” do PSTU já era denunciada desde 2008. Apesar disso, as correntes foram ao Conclat para medir suas forças. Novamente, um movimento superestrutural.

No último dia do Conclat, 06 de junho, depois de várias derrotas sofridas no plenário, a Intersindical, a Unidos para Lutar (CST) e o Movimento Avançado Sindical (MAS) rompem com o Congresso e a tão almejada fusão não ocorreu, sob o pretexto de que o “nome” da nova Central estava sendo imposto pelo PSTU. Na verdade, as disputas aparelhistas e a força de cada corrente é que determinaram o fracasso do Conclat.

Avaliamos a situação posta pelo fracasso e reafirmamos nossa posição desde 2004 em manifesto divulgado e publicado ainda em junho de 2010: “O PSTU e PSOL, acompanhados de alguns movimentos heterogêneos do ponto de vista de classe e de um amontoado de seitas confusas, imaginaram pôr em pé uma nova central. Não lhes importaram se o movimento da Conlutas/Intersindical

estava expressando ou não uma tendência do proletariado de desprezar a CUT, de expulsar a burocracia dos sindicatos e de criar uma nova organização de massa. Nesse ponto todos estavam unidos. Dos oportunistas às seitas que queriam parir uma “organização soviética”, bastava romper com a CUT, tendo o controle de duas centenas de sindicatos – a maioria de trabalhadores da pequena burguesia – para se edificar uma nova organização de classe, independente e de luta. Criada a Conlutas, pressupunha-se que haveria uma disparada de desfiliação da CUT governamental. O que não se verificou. A grande maioria dos sindicatos operários e os mais estratégicos continuam sob o domínio da burocracia cutista e forcista. O enorme recuo sofrido pela classe operária nos últimos 20 anos não pesou em nada na avaliação dos dirigentes do PSTU e daqueles que o seguiram de olhos vendados pelo caminho de uma nova organização.”

Esse era e é o essencial do processo de formação da CSP-Conlutas, que chega agora ao seu 2º Congresso. Lutamos durante todos esses anos com a política marxista-leninista-trotskista de oposição às divisões oportunistas e aventureiras das organizações sindicais e operárias. A situação de crise econômica somente reforça nossa linha de que a unidade organizativa dos explorados é essencial para a derrota das medidas dos governos antinacionais e antipopulares. A luta pela frente única de ação direta continua vigente, como continua vigente a necessidade de trabalhar com a política de unificação organizativa da classe operária. A derrota da burocracia sindical passa não pela formação de aparatos minoritários mas pela luta com as reivindicações que unificam os explorados e os contra-põem à burguesia e aos seus governos. Apenas a política revolucionária, que empunha a estratégia da revolução e ditadura proletárias pode ser consequente no combate à burocratização e estatização dos sindicatos.

O POR diante das eleições e a Frente de Esquerda

Ao chegar ao número 500, o jornal Massas, órgão central do POR, completa mais de duas décadas de defesa do socialismo científico. Nas suas páginas, em diversas ocasiões, o POR expôs a rica experiência do marxismo sobre a intervenção nas eleições, isto é, sobre a intervenção no campo do inimigo de classe. O POR brasileiro não apenas teorizou sobre os princípios e tática revolucionária do proletariado, frente à democracia burguesa (a democracia dos ricos) mas também procurou aplicá-los às condições sociais e políticas do Brasil. Tivemos a experiência de uma frente de esquerda, constituída pelo PSOL, PSTU e PCB, em torno da candidatura de Heloísa Helena. Como prevíamos, foi um desastre. Não expressou um pinga da luta de classes, das reivindicações e objetivos históricos da classe operária. Mas o POR não rechaçou a priori uma frente de esquerda para as eleições. Expôs nas páginas do jornal Massas a defesa de princípios, fundamentos, programa e método para formar a frente. Temos defendido o voto nulo pela construção do partido revolucionário. Não nos negamos a participar de uma frente de esquerda. Para isso, é necessário que determinadas condições estejam garantidas. Defendemos o uso da legalidade. No momento em que o POR se organizar mais amplamente na classe operária e nacionalmente, passará à luta por sua inscrição no processo eleitoral. Sintetizamos a

compreensão e a posição do POR diante da democracia burguesa e das eleições.

Estado, eleição e revolução

O marxismo ensina que a democracia burguesa é uma forma particular de estado que assume a ditadura de classe dos capitalistas. Esta forma se distingue da ditadura fascista, da ditadura de caráter militar, do governo monárquico absoluto (como na Arábia Saudita), do estado de tipo teocrático (como no Irã), embora tenham, todas elas, o conteúdo comum de servir como aparato estatal de dominação da burguesia. Em outras palavras, o que se apresenta igual no conteúdo pode vir a se manifestar de variadas formas. Assim há tipos diferentes de organização da máquina governamental. Entre todas elas, porém, a que alcança o maior grau de complexidade e aperfeiçoamento é sem dúvida a democracia. Ela permite que as frações burguesas, através de seus partidos, se revezem no poder sem choques violentos, sem a necessidade (em geral) de recorrer a golpes armados. A corrupção lubrifica as engrenagens, a tecnocracia se aperfeiçoa, os parlamentos encenam aparência de debate e discussões livres, os políticos burgueses fundam e revezam legendas, os partidos da ordem se remodelam, fecham alianças.

Por mais democrático que seja o Estado burguês, continuará a ser o instrumento da ditadura de classe dos exploradores. E por mais idôneo e cheio de lisuras que seja o sufrágio universal, nunca deixará de expressar o poder econômico dos grupos capitalistas nacionais e internacionais. As campanhas milionárias, quase sempre, determinam a vitória dos representantes do empresariado. As eleições burguesas são, portanto, parte inseparável do estado democrático burguês e constituem um campo próprio da burguesia, das disputas interburguesas.

Milhões de trabalhadores são atraídos pela burguesia para o seu regime político. São diuturnamente enganados e iludidos com a possibilidade de fazer expressar seus interesses próprios de classe explorada, suas reivindicações econômicas, por assim dizer, através das eleições. São arrastados por detrás dos partidos burgueses e seus caudilhos. Os oprimidos padecem, assim, das ilusões democráticas. Estas ilusões assinalam a sua incapacidade momentânea de atuar com uma política própria, independente daquela da burguesia. Isto é, de lutar sobre a base de uma estratégia e tática opostas às da burguesia e empunhando os métodos próprios do proletariado, que constitui a ação direta.

A revolução social e a destruição da máquina do Estado capitalista, com a consequente expropriação da burguesia e a expulsão do imperialismo, exigem a conquista prévia do proletariado e da maioria oprimida para as ideias revolucionárias. É somente o fato das massas seguirem os partidos burgueses e demonstrarem ilusões eleitorais que obriga os revolucionários a intervirem nas eleições. A conquista da tribuna parlamentar e o uso das brechas da democracia burguesa durante a campanha eleitoral constituem um potente canal por onde os marxistas podem difundir o programa revolucionário e atrair a atenção do proletariado e do campesinato.

A atuação parlamentar dos revolucionários não se confunde com o vulgar cretinismo eleitoreiro próprio dos reformistas (como PT, PSOL) e estalinistas (como o PCdoB). Esses reforçam a submissão dos explorados à democracia e aos partidos burgueses, canalizando o seu descontentamento e desviando suas tendências de luta para a via eleitoral e para a ilusória pressão parlamentar. A intervenção dos marxistas nas eleições parte da denúncia de que são instrumento de dominação da burguesia. Defende a subordinação da luta eleitoral e parlamentar ao método da ação direta do proletariado contra seus inimigos, os patrões, e proclama abertamente a derrubada do regime do capital pela revolução e ditadura proletárias. Por outro lado, distingue-se igualmente da atuação das correntes abstencionistas (a exemplo do anarquismo) que pregam o boicote eleitoral sob a justificativa de que as eleições burguesas são um circo, uma farsa, para enganar as massas e que é preciso passar de imediato à revolução. Partindo de uma caracterização correta, desenvolvem uma tática equivocada e ultraesquerdista, que salta por cima das ilusões democráticas dos explorados, rejeitando a luta paciente para ajudar a libertá-los do eleitoralismo burguês. O POR não rejeita, por princípio, nem o boicote às urnas nem a intervenção eleitoral. Apenas as condiciona, como ensina a história das revoluções, à realidade concreta da luta de classes, a fim de alcançar a emancipação dos oprimidos. Eis, portanto, as considerações de princípio do Partido Operário Revolucionário com as quais comparece diante das eleições.

O POR e Frente de Esquerda

Em razão de seu caráter embrionário e da restritiva legislação burguesa, o POR está impedido de ter seu registro legal e consequentemente de intervir com candidaturas próprias nas eleições. Não pode ter acesso à TV, Rádio e Jornais e levar seu programa revolucionário a milhões de explorados em todo o país. As candidaturas da esquerda legalizada (PCB, PCO, PSTU), por sua vez, estiveram, e ainda estão, mergulhadas no eleitoralismo. Tampouco expressam o choque instintivo de uma fração do proletariado contra a burguesia. Estas condições impuseram ao POR ter de defender a independência de classe dos explorados com a arma do voto nulo programático, ou seja, do voto no programa do POR. O terrível isolamento imposto aos revolucionários pelas condições da luta política nacional e internacional (crise de direção) obrigaram-no e ainda o obrigarão, muitas vezes, a ter de defender o programa da revolução por esta via.

O surgimento da Frente de Esquerda, nas eleições de 2006, e sua trajetória, desde então, foram acompanhadas com especial atenção pelo POR que analisou e desenvolveu exaustivamente uma crítica aos seus métodos e programa.

O centrismo (PSTU, PCO) e o estalinismo (PCB) durante todo um decênio arrastaram-se atrás do eleitoralismo petista, ora integrando organicamente a Frente Popular, ora intervindo com suas candidaturas. Em ambos os casos, fomentaram, entre os explorados, ilusões em um governo dos trabalhadores do PT. A vitória de Lula, ajudada por estas correntes, em 2002, abriu um ciclo de domínio do PT no poder de estado. Longe de qualquer atentado contra o imperialismo, os capitalistas ou os latifundiários, o governo burguês, montado por Lula, esteve assentado na aliança com os partidos oligárquicos da burguesia, em especial o PMDB de Sarney e Calheiros. Nos governos seguintes, o PT não apenas manteve alianças com a oligarquia como passou a depender profundamente delas.

A CUT, os sindicatos, o MST e a UNE, já bastante integrados ao estado, transformaram-se em agências do governo no seio dos explorados para bloquear sua organização e disposição de luta. A enorme ilusão despertada com o caudilho que ascendera ao poder foi reforçada pela situação favorável da economia mundial que permitiu ao governo desenvolver programas ditos de 'inclusão social' e 'distribuição de renda'.

A reação do centrismo (PSTU) à colaboração de classe foi de colocar-se fora da CUT em 2003 e formar, dois anos depois, sua própria central sindical: a CSP-Conlutas. Em 2005, os parlamentares petistas expulsos do partido por ocasião da reforma da previdência, fundaram o PSOL. Tal como o PSTU, criariam em seguida seu próprio aparato sindical fora da CUT: a Intersindical. O surgimento da Frente de Esquerda em 2006, reunindo PSTU, PSOL e PCB, despertou a atenção de grande parte da vanguarda e de alguns setores dos explorados. Esta, porém, não deixou de corresponder aos interesses eleitoreiros dos partidos coligados. A expressiva votação de Heloísa Helena (PSOL), com 6,5 milhões de votos, parecia indicar um futuro radioso para a Frente, que dizia ser uma "alternativa dos trabalhadores" entre o PT governista e a oposição burguesa do PSDB.

Nas eleições presidenciais seguintes (2010 e 2014), porém, viria à tona a ruptura entre PSTU e PSOL em inúmeros estados

e no plano nacional, em razão dos cálculos eleitorais. Um setor do PSOL pressionou para que o partido se desvencilhasse das legendas da Frente de Esquerda, fracas em captação de votos, e buscasse aliados eleitorais mais robustos (no próprio PT ou até em partidos burgueses!), sob pena de o partido perder espaço nos parlamentos, prefeituras etc. Outra ala não vislumbrava alianças senão com a esquerda, desde que fossem convenientes nos locais de disputa e que a Frente estivesse encabeçada pelos neorreformistas. O PSTU, por sua vez, agarrou-se onde pôde ao aliado mais forte eleitoralmente, e esperava alguma vantagem da carona. Quando em seus cálculos não há vantagens, afasta-se sem cerimônia para atuar da forma independente. Em algumas ocasiões, submete-se e põe os desacordos debaixo do tapete, desde que o aliado bom de voto indique um nome de consenso, isto é, com densidade eleitoral. Em outras, quando se dá o contrário, desata um rosário de divergências para lançar seu próprio candidato. Nisso, ambos, PSOL e PSTU, movimentam-se unicamente em busca de vantagens eleitorais. O PCB jogou nesta articulação um papel coadjuvante.

O POR denunciou o eleitoralismo das correntes e expôs a raiz da crise na Frente de Esquerda: ela não expressa a revolta de nenhuma fração do proletariado; suas disputas internas e negociatas eleitorais revelam seu artificialismo.

As reuniões sobre a constituição da Frente de Esquerda em Natal (RN), no ano de 2012, nas quais o POR participou, permitiram expor suas considerações acerca do método, do programa e das candidaturas para que a unidade das es-

querdas superasse o eleitoralismo e marchasse ao encontro das massas: a) a frente deve convocar todas as organizações, partidos e movimentos que se reivindicam do campo da luta classista; b) A frente deve assegurar a soberania das plenárias abertas e democráticas. Que haja discussão e elaboração coletivas do programa com votação das divergências. Deve rechaçar todos os acordos de cúpula entre as organizações; c) A frente deve defender que as plenárias escolham os candidatos, preferencialmente operários, com base unicamente no critério dos que melhor defenderão o programa; d) A frente deve defender que os mandatos parlamentares, incluindo seus salários, estejam sob controle do movimento frentista, organizado nas plenárias.

Tal método democrático e coletivo, choca-se com o eleitoralismo, com os acordos de bastidores e os interesses mesquinhos das correntes legalizadas. Ontem, como hoje, a maioria oprimida e sua vanguarda fazem da luta de classes sua verdadeira escola revolucionária. Não desconhecemos e nem desprezamos o fato de que uma pequena fração dos explorados e da juventude passou e passará pela experiência com a Frente de esquerda. O POR está à altura de dirigir suas críticas marxistas travadas com a Frente oportunista à vanguarda e manter sua posição em favor de uma frente de esquerda que sirva à luta pela independência de classe do proletariado. Em vários números do jornal Massas, expomos com franqueza as nossas posições sobre a democracia, as eleições e a frente de esquerda.

Teses do POR sobre a educação

As páginas do jornal Massas foram, e são, um importante espaço de elaboração sobre as teses do POR sobre a educação. Ao longo destes 500 números, publicamos a análise crítica da história da educação no País, as elaborações dos clássicos do marxismo, o acompanhamento das políticas educacionais, o passo a passo das lutas de estudantes, funcionários e professores em todos os níveis e estados. Das elaborações dos estudantes secundaristas, às dos professores universitários. As greves do magistério tiveram grande destaque, assim como as lutas nas universidades. A análise classista da Educação permitiu que a política do POR não se contaminasse pelos desvios corporativistas ou pelas ilusões reformistas. Eis uma breve síntese de nossa elaboração.

Unir teoria e prática

As teses programáticas do POR sobre a educação dão continuidade à rica elaboração do marxismo, amparada pela experiência do movimento operário internacional. Trata-se do desenvolvimento da crítica à educação burguesa fundada na separação entre teoria e prática. Esta cisão impossibilita a formação integral dos indivíduos e anula a base científica do conhecimento. Caracteriza-se por ser repetitiva, memorística, decorativa, descolada da realidade, anticientífica, autoritária, domesticadora, seriada, compartilhada em disciplinas, ditada pela classe dominante (por seu Estado, governos e instituições). Se o conhecimento não é formado na atividade prática que é transformadora e reveladora das leis de funcionamento da natureza e da sociedade, a teoria acumulada aparece de for-

ma deformada, mecânica e fragmentada. Resulta no embrutecimento e mutilação das capacidades humanas.

Os próprios pensadores da burguesia tratam esta separação como um problema, mas no máximo oferecem simulações de unidade. Somente os marxistas podem apontar que a origem desta separação está no próprio modo de produção capitalista, na separação entre o trabalho manual e intelectual. Na concentração das forças intelectuais da produção nas mãos dos proprietários dos meios de produção.

A defesa da escola vinculada à produção social também responde à destruição da juventude, à qual o capitalismo só tem a oferecer a barbárie. É acompanhada da defesa de que cada jovem possa passar um período na escola e outro na produção social. Ou seja, deve ter o direito à educação em todos os níveis e a ter um emprego com carga horária condizente com a manutenção dos estudos e seu desenvolvimento físico e intelectual.

A unidade entre teoria e prática, fundada na exploração capitalista, só pode vir da transformação da propriedade privada em propriedade coletiva. Possibilitará que as massas sejam conhecedoras e transformadoras da realidade natural e social.

Nova educação será fruto de nova sociedade

A educação é parte da superestrutura no capitalismo, é determinada pela base material. No momento em que a burguesia compareceu como classe revolucionária, empunhou a tarefa democrática de educação universal, ensino laico, científico como parte de suas revoluções contra o antigo regime

feudal. No início do século XX, porém, com o esgotamento da fase concorrencial e início da fase monopolista o regime capitalista é incapaz de oferecer reformas em larga escala e duradouras. Oferece uma sociedade em decomposição em que a desintegração da escola é inevitável. Não há como renovar o sistema de ensino burguês porque não há como solucionar as contradições em sua base econômica no âmbito do modo de produção capitalista.

Nos países semicoloniais como o Brasil, o desenvolvimento da Educação também esteve condicionado pelos limites de uma classe dominante que nunca foi revolucionária. Nasceu vinculada à metrópole colonial, ao latifúndio e não alcançou a soberania nacional, desenvolvendo-se na sombra do imperialismo inglês e, posteriormente, norte americano. Até hoje, padecemos do analfabetismo e da falta de universalização do ensino – tarefas democráticas não cumpridas.

A escola, em nosso país, foi introduzida pelos colonizadores, controlada pela Igreja, para formar uma casta dominante e catequizar os indígenas. Em meados do século XVIII, com as reformas do Marques de Pombal, o poder da igreja foi reduzido. Sob o Império, se constitucionalizou a instrução primária gratuita, que não foi cumprida. Na década de 1930, a partir do surgimento da classe operária e pressão da pequena-burguesia das cidades, se estabeleceu na Constituição a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, tarefa que ficou incompleta. Sob a ditadura, a ampliação do sistema educacional foi alicerçada pela intervenção empresarial e acordos com o imperialismo.

Os governos que aplicaram as medidas neoliberais, de Collor a FHC, a serviço dos organismos imperialistas, golpearam ainda mais o sistema educacional como o chamado “enxugamento” do Estado. Os planos do Banco Mundial para a educação se resumem em liquidar a universidade pública, ampliar privatização do nível médio, municipalizar e criar parcerias com o setor privado no ensino fundamental. Sob os governos de Lula e Dilma, estas diretrizes foram aprofundadas com a intensificação da mercantilização e desnacionalização da educação.

Na situação em que os efeitos da crise econômica mundial são sentidos duramente pelos trabalhadores e juventude brasileiros, fica demonstrado que a educação é condicionada pela base material. Diante da crise de superprodução, fechamento de fábricas e recessão econômica, qual é a educação necessária para ser trabalhador precarizado ou desempregado?

Não por acaso as medidas dos governos federal, estaduais e municipais golpeiam decisivamente a educação. Os cortes orçamentários de 2015, que já totalizam 16,4 bilhões, testemunham os planos da burguesia para a educação. Aumenta o fechamento de escolas, a superlotação das salas, a precarização do magistério, o rebaixamento salarial dos trabalhadores da educação e a destruição da vida da juventude. E as vozes burguesas dizem que a saída da crise passa pela educação, pela “escola de qualidade” e outras miragens. O governo não se ruboriza em erguer o slogan de “Pátria Educadora”.

Combate às utopias reformistas

Os intelectuais e dirigentes sindicais, populares e estudantis reformistas prometem melhorar a educação sob o capitalis-

mo. Disputam a gerência da educação em crise. Prometem um ensino não classista e uma escola de qualidade. Centram sua campanha na tese de que aumentando o financiamento (para 10% do PIB) será possível melhorar a qualidade da escola pública e quebrar a concorrência privada. Mesmo após 12 anos de governos do PT que não colocaram em prática, e nem poderiam, suas teses reformistas, as direções dos movimentos continuam a empunhar estas bandeiras que já demonstraram sua inviabilidade histórica e servem apenas para retardar que as massas adotem o caminho da independência de classe. O POR nunca claudicou perante estas teses farsescas e nem as obscureceu com supostos traços de progressividade. Seu programa para a educação se confirma diante dos fracassos reformistas. Comprova que não se trata de posições pré-concebidas. As transformações na educação são parte da luta pela derrocada do capitalismo.

Resposta revolucionária

A elaboração do POR sobre a educação procura traduzir o choque, que existe objetivamente, entre as necessidades mais sentidas pelos trabalhadores e juventude e o sistema capitalista. Assim, coloca uma cunha entre os oprimidos e a ideologia burguesa, as ilusões nos governos, as fórmulas dos intelectuais da classe dominante e suas instituições.

Mostra que o acesso da juventude à educação está em choque com os monopólios e o capital financeiro que lucram ao mercantilizar a educação. Aponta que a *coexistência* entre o sistema público e privado leva à destruição do público, fenômeno que assistimos cotidianamente. Defende, conseqüentemente, que é preciso estatizar o sistema privado, sem indenização, e construir um único sistema único, gratuito, universal, laico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham.

Na defesa das condições de vida dos trabalhadores da educação, o POR se destaca por defender as necessidades dos oprimidos, sem limitar suas reivindicações ao que o capitalismo e seus gestores dizem ser possível. Defende a efetivação dos trabalhadores precarizados, parcelados em várias categorias, luta pela estabilidade no emprego e levanta ao alto as bandeiras de transição de: salário mínimo vital, escala móvel de reajuste e escala móvel das horas de trabalho. Uma plataforma classista é incompatível com os métodos jurídico-parlamentares das burocracias sindicais e direções reformistas. Vincula-se com os métodos operários das greves, piquetes, marchas e bloqueios de ruas e rodovias.

A dimensão do enfrentamento de estudantes e trabalhadores da educação com o capital financeiro e o poder dos monopólios demonstra a necessidade de aplicar a tática frentista. Tanto nos conflitos locais, como na necessidade de por em pé a frente única anti-imperialista. Por essa via, o POR defende que estudantes, professores e funcionários, de todos os níveis de ensino, se coloquem sob a direção do proletariado e seu programa para destruir o capitalismo. Sobre os escombros da sociedade de classes poderá emergir uma nova sociedade que dará origem a uma nova educação que desenvolva as potencialidades humanas. Que una a teoria e prática. Que faça avançar o conhecimento humano e a prática transformadora sobre a natureza e a sociedade.

O trabalho internacionalista do Jornal Massas

Em mais de duas décadas de existência, o jornal Massas tem se constituído em instrumento de elaboração coletiva e organizador da atividade revolucionária da militância porista. Nas suas páginas, temos nos esforçado em traduzir as leis de desenvolvimento e transformação do capitalismo e da luta de classes mundial à teoria e à aplicação dos métodos da revolução proletária no país.

De certa forma, pode-se medir esse esforço observando que nossa seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional tem avançado na compreensão dos fenômenos históricos e nas repostas programáticas. É claro que com muitas deficiências, devido ao caráter embrionário do POR e às debilidades do trabalho coletivo internacional.

O nosso leitor poderá observar também que o balanço das experiências de Iraque, Afeganistão, Líbia, dos levantes no norte da África, da Palestina, Síria, México, Venezuela, Chile, Cuba, da União Europeia, da Ucrânia, da China e tantos outros têm sido estudadas e analisadas sistematicamente, tirando delas as principais lições para a luta do proletariado pela revolução socialista. Entendemos que não poderia ser de outro modo. Esse trabalho parte de uma premissa: o imperialismo encerrou a época dos programas nacionais e projetou o internacionalismo proletário, concebido por Marx e Engels ainda na época do capitalismo concorrencial, liberal. Essa condição exige que a elaboração do programa para a revolução no país parta da tarefa de assimilar o seu desenvolvimento histórico e de suas classes como resultado da divisão social do trabalho mundial e das forças produtivas internacionalizadas.

A projeção da crise capitalista no Brasil tem sua explicação na situação da economia e da política mundiais. Eis o lugar de destaque que ocupam as respostas programáticas e as formulações táticas que respondem às tendências de desagregação capitalista.

Também, o caráter embrionário e a fraqueza organizativa do Comitê de Enlace impedem-nos, é certo, de ter maior presença internacional aí onde se processam as tendências fundamentais da desagregação capitalista e por onde se passam as fases mais relevantes da nova etapa da luta de classes mundial. Mas, mesmo à distância, estamos obrigados a conhecer e assimilar a experiência das massas e as vias por onde passa - e passará - sua evolução política. Com esse método, se educam os quadros no internacionalismo proletário e a se forjar na classe operária como destacamento nacional do exército mundial do proletariado revolucionário.

O fundamental desse trabalho está, porém, no esforço de compressão das leis que regem o desenvolvimento da crise capitalista e da luta de classes, procurando afastar ao máximo o impressionismo e subjetivismo. O método histórico marxista deve ser incorporado ao programa e às respostas particulares da luta de classes. O POR leva

a sério a premissa marxista-leninista de que sem teoria revolucionária não há prática revolucionária. O que significa aplicar às situações concretas os princípios e o programa histórico elaborado pelo proletariado mundial no percurso de sua experiência. Referimo-nos ao programa, aos métodos organizativos e às táticas da luta de classes contidos no Manifesto Comunista, nos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional Comunista e as colaborações teóricas e táticas realizadas por Lenin, Trotsky e Guillermo Lora.

É necessário ainda dizer que esse trabalho se acha condicionado pela tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista: a IV Internacional. E que esta vem se desenvolvendo em meio a três fenômenos históricos de importância decisiva, que condicionam e determinam os fundamentos e perspectivas do trabalho internacionalista expresso no jornal Massas: a crise de direção revolucionária, a restauração capitalista e, finalmente, a eclosão da crise capitalista em 2008-2009.

Por questões metodológicas e razões práticas, restringiremos o balanço da elaboração de textos sobre a situação mundial do ano de 2008 até hoje. A razão desta escolha está em que o último período tem servido especialmente de laboratório social para testar e avaliar as respostas programáticas elaboradas nos Congressos e nas Conferências, tanto nacionais quanto internacionais. Hoje, quando as tendências mundiais põem à luz do dia o caráter convulsivo e revolucionário do período, que consiste nas rápidas transições de situações em que estão presentes as forças objetivas da revolução e da contrarrevolução, ressalta a importância do trabalho realizado na véspera e o balanço crítico das formulações e dos prognósticos testados pela experiência.

Quando a crise eclodiu no coração do capitalismo monopolista e espalhou-se maciçamente pelo mundo, o POR avaliou-a como a manifestação da crise estrutural do capitalismo. Essa crise, assinalamos, tinha sua base na crise de superprodução de valores e na existência de uma massa gigantesca de capital fictício que não corresponde ao crescimento da produção social e que, portanto, não encontra aplicação material e continua se reproduzindo na especulação. A permanência da crise se reproduz e avoluma sobre a base do choque entre as forças produtivas contra a propriedade privada monopolista dos meios de produção e as fronteiras nacionais. Essa constatação, avaliamos, indicava que a crise aberta em 2008-2009 seria longa, abria uma nova etapa da luta de classes e impulsionava as tendências bélicas do imperialismo. O que quer dizer que nos grandes confrontos estariam colocadas frente a frente a revolução e a contrarrevolução. O que se confirmou e se confirma plenamente.

Em todos nossos artigos, se esclarece que a via histórica da solução da crise capitalista e da barbárie social, alimentadas pelas tendências à



MASAS No. 3404 12-06-15 Precio Bs. 1

Órgano central del Partido Obrero Revolucionario, sección del Comité por la Reconstrucción de la IV I.

ESTABA CANTADO
EL M.A.S. PEDIRÁ LA REFORMA DE LA CONSTITUCIÓN PARA LA REELECCIÓN INDEFINIDA DE EVO MORALES

Los comunistas bolivianos han anunciado el resultado de las elecciones y la corrupción masista en las recientes elecciones de gobernadores y alcaldes, el gobierno pedirá con insistencia y desesperación que está en peligro y quiere a cualquier medio para mantenerse en el poder a toda costa.

Por ello no sorprende a nadie que el MAS, aprovechando su fuerza de agitación permanente, a través de su departamento de prensa, que es nada, haya anunciado oficialmente que ha resultado pedir la reforma de la Constitución para permitir la reelección indefinida de Evo Morales. Pese a ello, que el resultado de las elecciones de los gobernadores y alcaldes del MAS es un fracaso, el MAS va a seguir buscando el desmoronamiento de la IV I.

La descomposición del MAS es la expresión de la desintegración política de la burguesía. Eso, ante la crisis irreversible de los partidos tradicionales, significa la necesidad de la mayor actividad política para proteger los intereses generales de la clase obrera y los trabajadores.

Esta crisis política requiere una estrategia de planteamiento de la política revolucionaria presentada en la tradición de la lucha de los explotados y que se manifiesta ahora para empujar al calor de la agitación de la lucha de clases en el proceso de transformación de la nueva etapa del gobierno del MAS.

El MAS está condenado a sufrir una política cada vez más desviada y partidaria.

De hecho, está en trance e idéntica campaña para afianzar su alianza política con los empresarios privados, la oligarquía agroindustrial y gran la confusión del proletariado.

EVO NI OLVIDA NI PERDONA
CONTRA VIENTO Y MAREA ANUNCIA CONSTRUCCIÓN DE LA CARRETERA POR EL TIPNIS

EVO NI OLVIDA NI PERDONA
CONTRA VIENTO Y MAREA ANUNCIA CONSTRUCCIÓN DE LA CARRETERA POR EL TIPNIS

El TIPNIS NO SE TOCA... ¡CARAJOS!!



MASAS No. 3404 12-06-15 Precio Bs. 1

Órgano del PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO de Argentina
Sección del Comité de Enlace por la Reconstrucción de la IV Internacional

Organizarnos para luchar por salario mínimo igual a la canasta familiar para todos los trabajadores

¡VIVA LOS 300 NÚMEROS DE MASAS, LA PRENSA DEL POR!

VIVA LA CONFERENCIA INTERNACIONAL DEL CERCI

EN LAS ELECCIONES LLAMAMOS A ANULAR EL VOTO CON LAS IDEAS, CON LA POLÍTICA DE LA CLASE OBRERA

REVOLUCIÓN Y DICTADURA PROLETARIAS



MASAS No. 500

EN DEFESA DE LA REVOLUCIÓN Y DEMOCRACIA PROLETARIAS

ÓRGANO BIQUENAL DEL PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO
MIEMBRO DEL COMITÉ DE ENLACE POR LA RECONSTRUCCIÓN DE LA IV INTERNACIONAL
AÑO 28 - Nº 500 - 14 A 28 DE JUNIO DE 2015 - P.B. 3,00

Massas nº 500
Construyendo el Programa e el Partido Revolucionarios.
Reconstruyendo a la IV Internacional

Abaixo a reacionária reforma política da burguesia!

Oposição revolucionária a Dúfina



TCR

Tendencia Clasista Revolucionaria
Sección chilena del Comité por la Reconstrucción de la IV I CERCI

PENTA y la política burguesa: Iconos de la CORRUPCIÓN Más IMPUNENTE!!

Contacto: revolucion@revolucion.cl www.revolucion.cl
Y DIFUNDA Lucha Obrera órgano informativo del Comité Constructor del Partido Obrero Revolucionario sección chilena

destruição maciça de forças produtivas, passa pela expropriação da grande propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade coletiva, e que para isso a vanguarda do proletariado terá de se organizar em partido revolucionário e projetar a revolução e ditadura proletária. Ao mesmo tempo, se observa o cuidado de elaborar o programa e as bandeiras que responderam as particularidades nacionais.

Talvez, uma das maiores conquistas no trabalho de elaboração coletiva do jornal Massas seja o balanço e as respostas formuladas para a crise do Oriente Médio. O partido tem se delimitado não só de seus inimigos de classe, como fundamentalmente do empirismo e oportunismo das correntes revisionistas do marxismo. Essa delimitação se expressou no princípio bolchevique de defesa incondicional da nação oprimida e dos movimentos que a expressam, embora deformados pela barbárie política ou religiosa, contra a nação opressora. Essa linha divisória de classe serviu também para medir o grau de decomposição democratizante das tendências revisionistas.

O jornal tem identificado no fundamento dos conflitos nacionais e do intervencionismo das potências a revolta dos povos oprimidos contra as condições de opressão nacional. Tem defendido que é dever da vanguarda se pôr do lado dos movimentos que a expressam. Assinalou a via da unidade operária e camponesa para a constituição da frente única antiimperialista. E, finalmente, afirmou que a resolução das tarefas democrático-burguesas (unidade do país, independência nacional, revolução agrária, nacionalização dos meios de produção e de distribuição, da banca e do comércio exterior, etc.) só é possível no marco da revolução e ditadura proletária e dos Estados Unidos Socialistas de Médio Oriente.

Outra conquista foi a resposta à desintegração da Ucrânia como expressão da restauração capitalista e do esgotamento da partilha do mundo herdada da 2ª Guerra Mundial. À desintegração do país, o POR opôs a defesa da autodeterminação nacional. Ergueu a bandeira de uma Ucrânia una, livre e socialista. E condicionou a via de seu desenvolvimento no marco dos Estados Unidos Socialistas da Europa.

Como pode se observar, em ambos os casos se fundem o princípio leninista de defesa irredutível da autodeterminação das nações oprimidas, correspondente à teoria trotskista da revolução permanente, que coloca a resolução das tarefas democráticas como produto da revolução e ditadura proletárias, e o princípio internacionalista do marxismo, que só é possível o desenvolvimento de forças produtivas socialistas em um país como resultado da projeção da revolução socialista mundial.

Finalmente, os artigos e manifestos internacionais do jornal Massas vêm ressaltando a importância que tem para a superação da crise revolucionária a compreensão do significado e das consequências da restauração capitalista, como fenômeno histórico e político que condiciona a evolução e a elevação política do proletariado à classe consciente.

Voltamos aqui aos fenômenos históricos acima colocados. Enquanto a crise capitalista assinalou o grau de maturação das contradições entre as forças produtivas materiais da sociedade (produção social) e as relações sociais de produção existentes (propriedade privada), isto é das condições objetivas para a revolução proletária, a restauração capitalista assinala a importância histórica da destruição da III Internacional pela contrarrevolução estalinista e revela a ação perniciosa do revisionismo que esfacelou a IV Internacional após a morte de Trotsky. Não se pode trabalhar pela construção do partido mundial da revolução socialista sem compreender a contradição de nossa época que se sintetiza no avançado grau de putrefação do capitalismo e no profundo atraso do fator subjetivo da revolução.

Acreditamos que o aqui exposto, ainda que sinteticamente, apresenta os aspectos mais relevantes do trabalho de compreensão e assimilação dos fatores e processos mais determinantes da situação política mundial. O número especial do jornal Massas 500 é mais um elo nesse processo de fundir a estratégia proletária à prática revolucionária. E de traduzir o programa em força social, penetrando no seio do proletariado e trabalhando pela reconstrução da IV Internacional. Nisso se resume a batalha do proletariado para salvar a humanidade e a força social do trabalho de se afundar na barbárie.

Moção de apoio à greve de fome da militante porista Márcia

Que o governo Evo Morales, a Justiça e polícia devolvam imediatamente sua filha adotiva

É um crime político a medida judicial-policial de sequestrar a filha adotiva depois de encerrada a greve de fome de mais de um mês de Ariel, mediante a um acordo que previa uma solução em favor da criança. Ariel e Márcia são militantes trotskistas reconhecidos no movimento social e que sofrem clara perseguição do governo e das autoridades. Esse ataque pessoal, sem se preocupar com o futuro da criança que estava muito bem amparada por pais idôneos e dedicados, não é um fato isolado. Recentemente, o dirigente estudantil Jarlin Coca foi preso por participar do movimento que exigia o fim do corporativismo na contrata-



ção de professores universitários e realização de concurso público. Foi solto após uma campanha de denúncia sobre a prisão política. Soma-se a isso a suspensão arbitrária de direitos sindicais de dirigentes da Federação de Professores de La Paz.

Exigimos o fim da criminalização dos movimentos sociais e da perseguição de seus dirigentes!

O II Congresso da Central Sindical Popular-Conlutas, realizado entre os dias 4 a 7 de junho aprovou a moção:

Que o governo Evo Morales entregue imediatamente a filha adotiva de Márcia e Ariel!